



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

GRACIELA SANDRA RAPOSO MANDÚ

**POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: ESTUDO DE CASO SOBRE A LIBRAS  
NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO IFPE *CAMPUS* PESQUEIRA**

RECIFE

2020

GRACIELA SANDRA RAPOSO MANDÚ

**POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: ESTUDO DE CASO SOBRE A LIBRAS  
NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO IFPE *CAMPUS* PESQUEIRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

**Área de concentração:** Políticas Públicas

**Orientador:** Prof. Dr. Erinaldo Ferreira do Carmo

RECIFE

2020

Catálogo na fonte  
Bibliotecário Rodrigo Fernando Galvão de Siqueira, CRB4-1689

M273p Mandú, Graciela Sandra Raposo.  
Políticas públicas educacionais : estudo de caso sobre a Libras na formação de professores no IFPE Campus Pesqueira / Graciela Sandra Raposo Mandú. – 2020.  
68 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Erinaldo Ferreira do Carmo.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.  
Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Recife, 2020.  
Inclui referências, apêndices e anexos.

1. Política pública. 2. Língua brasileira de sinais. 3. Ensino superior. 4. IFPE. 5. Pesqueira (PE). I. Carmo, Erinaldo Ferreira do (Orientador). II. Título.

320 CDD (22. ed.)

(BCFCH2020-106)

GRACIELA SANDRA RAPOSO MANDÚ

**POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: ESTUDO DE CASO SOBRE A LIBRAS  
NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO IFPE *CAMPUS* PESQUEIRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Políticas Públicas da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra Profissional em Políticas Públicas.

Aprovada em: 28/02/2020.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Erinaldo Ferreira do Carmo (Orientador)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Dr. Saulo Santos de Souza (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Dr. Kleber Fernando Rodrigues (Examinador Externo)  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco

Ao meu inesquecível pai José Cordeiro Mandú (*in memoriam*),

Dedico

## AGRADECIMENTOS

Sou grata a Deus por sempre me ajudar e me guiar.

Meu esposo, minha mãe e Léo, por compreenderem os meus momentos de afastamento para as viagens durante o período das aulas do mestrado e na elaboração da dissertação. Como é difícil deixar por um tempo o convívio com aqueles que amamos para ficar em um cômodo da casa sozinha, diante apenas de um computador e papéis.

Ao meu Orientador por ser uma pessoa que me transmitiu calma e, durante as minhas angústias, dizia que tudo iria dar certo.

Aos professores do mestrado.

Ao IFPE *Campus* Pesqueira.

Aos participantes da pesquisa.

Aos colegas de viagem para as aulas do mestrado.

Enfim, agradeço a todas as pessoas que me ajudaram a ser Mestra em Políticas Públicas.

Serei sempre grata!

Muito obrigada!

*Aprende-se Libras para conhecer melhor as pessoas, o mundo, o pensamento,  
refletindo, construindo e constituindo-se de amor e respeito pelas diferenças de cada “outro”,  
ser que humanizando-se se conduz com dignidade.*

*Aprende-se Libras pela curiosidade de ver e querer entender como se  
constrói um sinal de uma palavra,  
como estruturar frases e textos com as mãos, para educar e ser educado,  
para ensinar e apreender como os surdos aprendem e ressignificam seus saberes.*

*Aprende-se Libras para se comunicar com um estranho, um amigo, um irmão, os filhos.*

*Aprender Libras é respirar a vida por outros ângulos, na voz do silêncio, no turbilhão das águas,  
no brilho do olhar como corpo leve e falante.*

*Aprender Libras é aprender a falar de longe ou tão de perto que apenas o toque  
resolve todas as aflições do viver, diante de todos os desafios audíveis.*

*Nem tão poético, nem tão fugaz. Apenas um Ser que seja livre de preconceitos,  
compartilhante e voluntário da harmonia do bem viver.*

Falcão, Luiz Albérico Barbosa (2014, p. 92)

## RESUMO

Esta dissertação avalia se a inserção da disciplina Libras na matriz curricular dos cursos de licenciatura do IFPE *Campus* Pesqueira, coopera para a alteração do entendimento dos graduandos sobre a surdez e, de que forma esse componente curricular pode colaborar para a prática pedagógica do futuro docente. Analisamos essa política pública educacional e seus resultados. Portanto, foi realizada uma avaliação externa dessa política que, com relação à temporalidade é *ex-post*, pois foi realizada após a implementação da disciplina na matriz curricular dos cursos de licenciatura pesquisados, mediante o Decreto nº 5.626/2005. A pesquisa foi efetivada com a finalidade de mostrar quais são os avanços e limites dessa disciplina na formação dos professores, possibilitando possíveis correções. Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFPE. Realizamos uma pesquisa de campo, adotando uma abordagem qualitativa. Para a coleta de dados, foram feitas entrevistas semiestruturadas com estudantes e profissionais em Libras. Na interpretação das informações levantadas, utilizamos a análise de conteúdo. Os resultados trouxeram evidências de que a ampliação da carga horária e a oferta de outros componentes curriculares sobre Libras se fazem necessárias.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas. Libras. Licenciatura.

## ABSTRACT

This dissertation assesses whether the insertion of the Libras discipline in the curricular matrix of the undergraduate courses at IFPE *Campus* Pesqueira, cooperates to change the undergraduate students' understanding concerning deafness, and how this curricular component can collaborate for the pedagogical practice of the future teacher. We analyzed this public educational policy and its results. Therefore, an external evaluation of this policy was carried out, which, in relation to temporality, is ex-post, since it was carried out after the implementation of the discipline in the curricular matrix of the researched degree courses, through Decree nº 5.626/2005. The research was carried out in order to show what are the advances and limits of this discipline in the training of teachers, enabling possible corrections. This study was approved by the Research Ethics Committee of UFPE. We conducted a field research, adopting a qualitative approach. For data collection, semi-structured interviews were conducted with students and professionals in Libras. In interpreting of the collected the information, we used content analysis. The results brought evidence the expansion of the workload and the offer of other curricular components about Libras are necessary.

**Keywords:** Public Policies. Libras. Graduation.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1-	Fotografia do IFPE <i>Campus</i> Pesqueira.....	17
-----------	---	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAAE	Certificado de Apresentação para Apreciação Ética
CEFET-PE	Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CNS	Conselho Nacional de Saúde
FENEIS	Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos
IFPE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
INSM	Instituto Nacional de Surdos-Mudos
NAPNE	Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas
NEABI	Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNAES	Plano Nacional de Assistência Estudantil
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PROEJA	Programa de Educação de Jovens e Adultos
PROUNI	Programa Universidade para Todos
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
1.1	HIPÓTESES.....	14
1.2	JUSTIFICATIVA.....	15
1.3	OBJETIVOS.....	15
<b>1.3.1</b>	<b>Objetivo Geral.....</b>	<b>15</b>
<b>1.3.2</b>	<b>Objetivos Específicos.....</b>	<b>16</b>
1.4	HISTÓRICO SOBRE O IFPE <i>CAMPUS</i> PESQUEIRA.....	16
1.5	METODOLOGIA.....	18
<b>1.5.1</b>	<b>Crítérios de Inclusão e Exclusão .....</b>	<b>20</b>
<b>1.5.2</b>	<b>Recrutamento dos Participantes.....</b>	<b>20</b>
<b>1.5.3</b>	<b>Aspectos Éticos.....</b>	<b>20</b>
<b>2</b>	<b>REVISÃO TEÓRICA .....</b>	<b>21</b>
2.1	POLÍTICAS PÚBLICAS.....	21
<b>2.1.1</b>	<b>Políticas Públicas Educacionais.....</b>	<b>24</b>
<b>2.1.2</b>	<b>Políticas Públicas de Inclusão e Acessibilidade.....</b>	<b>25</b>
2.2	LIBRAS.....	27
<b>3</b>	<b>RESULTADOS DA PESQUISA .....</b>	<b>33</b>
3.1	IMPORTÂNCIA DA DISCIPLINA.....	33
3.2	ALTERAÇÃO DO ENTENDIMENTO SOBRE SURDEZ E A LIBRAS.....	35
3.3	EXPERIÊNCIA DE CONTATO COM SURDOS E A LIBRAS.....	38
3.4	COLABORAÇÃO DO COMPONENTE CURRICULAR LIBRAS PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA.....	42
3.5	NECESSIDADE DE MAIS CARGA HORÁRIA/ COMPONENTE CURRICULAR.....	48
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>53</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>55</b>

<b>APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA ESTUDANTES.....</b>	<b>59</b>
<b>APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA PROFESSOR(A) DE LIBRAS.....</b>	<b>60</b>
<b>APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA INTÉRPRETE DE LIBRAS.....</b>	<b>61</b>
<b>ANEXO A - MATRIZ CURRICULAR DA LICENCIATURA EM FÍSICA.....</b>	<b>62</b>
<b>ANEXO B - EMENTA DA DISCIPLINA EM FÍSICA .....</b>	<b>63</b>
<b>ANEXO C - PROGRAMA DE LIBRAS EM FÍSICA .....</b>	<b>64</b>
<b>ANEXO D - MATRIZ CURRICULAR DE MATEMÁTICA.....</b>	<b>66</b>
<b>ANEXO E - DO EMENTÁRIO DOS COMPONENTES CURRICULARES BIBLIOGRAFIA BÁSICA – BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR – LICENCIATURA EM MATEMÁTICA.....</b>	<b>68</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva constitui um desafio para o gestor educacional e para o Estado, que precisa elaborar políticas públicas a fim de garantir o acesso a todos os cidadãos, independentemente da deficiência que tenham. Portanto, é necessário que as pessoas envolvidas com o sistema educacional tenham a consciência de que são agentes da mudança organizacional e social dentro do ambiente escolar. Isto posto, Falcão (2014, p. 190) afirma que

Nesta dinâmica, os ambientes educacionais deixam de ser um local integrador, que apenas recebe o indivíduo, e fundamentam-se como espaços de integração com a diversidade, compartilhando diferenças e interesses, colaborativamente com valores e sentimentos; fazendo com que seus membros, alunos, professores, funcionários, tornem-se e percebam-se inseridos, quando todos, ao final, possam igualmente se constituírem afetivamente humanizados, pelas relações que passam a estabelecer com o conhecimento e com o outro.

Desta forma, as instituições de ensino precisam ser ambientes voltados para a integração. Preocupando-se com as diferentes necessidades das pessoas e em como cumprir o seu papel, levando em consideração tais especificidades.

Neste trabalho abordamos sobre uma comunicação espaço-visual, a Língua Brasileira de Sinais (Libras), que os surdos utilizam para se comunicar. Sendo dever do Estado garantir que seus direitos como cidadãos brasileiros sejam garantidos através de políticas públicas educacionais de inclusão e permanência deles nas instituições de ensino, possibilitando o acesso da educação infantil à superior para a sua inserção na sociedade.

A Libras, apesar de ter sido proibida de 1957 até 1980, foi oficializada a língua dos surdos brasileiros a partir da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. De acordo com o Art. 2º dessa Lei,

Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais – Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

Ainda conforme essa Lei, Art. 4º,

O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais – Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, conforme legislação vigente.

Data de 22 de dezembro de 2005, o Decreto nº 5.626, que regulamenta a Lei 10.436/2002 e, o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Conforme esse Decreto no Art. 3º

A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

No Art. 7º, § 2º, “[...] os sistemas e as instituições de ensino da educação básica e as de educação superior devem incluir o professor de Libras em seu quadro do magistério”.

Assim, em cumprimento à Lei nº 10.436/2002 e ao Decreto nº 5.626/2005, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) *Campus* Pesqueira inseriu o ensino de Libras na grade curricular dos seus cursos superiores de licenciatura (Física e Matemática). Portanto, acreditamos na necessidade de investigar os limites e avanços tanto no ensino como na aprendizagem desse componente curricular.

## 1.1 HIPÓTESES

Há políticas públicas para a inclusão dos surdos, mas devemos analisar se estão mesmo sendo eficientes e eficazes. Tratando-se da questão da formação de professores, e levando em consideração o tempo em vigor de tais políticas de inclusão, propomos as seguintes questões que nortearam esta pesquisa: Que importância os graduandos das licenciaturas de Física e Matemática, oferecidas pelo IFPE *Campus* Pesqueira, atribuem ao componente curricular Libras? A inserção desse componente na matriz curricular dos cursos de licenciatura do *Campus* coopera para a alteração do entendimento dos graduandos sobre surdez? De que forma esse componente curricular pode auxiliar a prática pedagógica desses licenciandos?

Hipótese 1: A carga horária atribuída à Libras não é suficiente para os futuros docentes, efetivamente, aprenderem a língua no que condiz a especificação de cada curso;

Hipótese 2: É necessário a introdução da disciplina “Libras instrumental” para que, em cada curso, os estudantes possam aprender sinais referentes à sua área.

## 1.2 JUSTIFICATIVA

Percebemos que são necessárias mais pesquisas sobre a inserção da disciplina Libras nas licenciaturas para ponderar os seus impactos e, avaliar esta política pública.

Analisando-se o Decreto nº 5.626/2005, verifica-se que o Art. 9º estabelece que

A partir da publicação deste Decreto, as instituições de ensino médio que oferecem cursos de formação para o magistério na modalidade normal e as instituições de educação superior que oferecem cursos de Fonoaudiologia ou de formação de professores devem incluir Libras como disciplina curricular, nos seguintes prazos e percentuais mínimos:

- I - até três anos, em vinte por cento dos cursos da instituição;
- II - até cinco anos, em sessenta por cento dos cursos da instituição;
- III - até sete anos, em oitenta por cento dos cursos da instituição; e
- IV - dez anos, em cem por cento dos cursos da instituição.

Considerando-se que a publicação desse Decreto se deu em 2005 e que o prazo para a inserção do componente curricular Libras nos cursos de licenciatura das instituições de ensino superior foi de 10 anos em todos os cursos por elas ofertados, verifica-se que a Libras passou a constar em todas as matrizes curriculares desses cursos em 2015.

Desta forma, se faz necessário avaliar esta política pública educacional. A educação inclusiva, a disciplina de Libras e a prática pedagógica do futuro professor necessitam de mais análises e publicações. Assim, ajustes e novas políticas inclusivas podem ser elaboradas. Diante disso, este estudo possui relevância acadêmica e social, pelas questões abordadas. Tal pesquisa é importante para o IFPE, pois revela a visão dos estudantes e profissionais em Libras sobre o referido componente curricular e verifica suas contribuições para a formação dos graduandos, futuros docentes e, ainda, promove o debate acadêmico acerca dos limites e avanços dessa política de inclusão.

## 1.3 OBJETIVOS

### 1.3.1 Objetivo Geral

Identificar os limites e avanços no ensino-aprendizagem da disciplina de Libras nos cursos de licenciatura do IFPE *Campus* Pesqueira.

### 1.3.2 Objetivos Específicos

- Observar se os graduandos das licenciaturas em Física e Matemática do IFPE *Campus* Pesqueira, atribuem ao componente curricular Libras a necessária importância para que se efetive a aprendizagem.
- Analisar se a disciplina de Libras coopera para a alteração do entendimento dos graduandos sobre surdez.
- Verificar como o componente curricular Libras colabora para a prática pedagógica.
- Propor a inclusão da disciplina “Libras Instrumental” nos cursos de licenciatura, caso o componente curricular ofertado atualmente não seja suficiente para suprir as expectativas dos estudantes sobre a Libras e a questão pedagógica para o ensino em sala de aula com surdos, pois o Decreto n° 5.626/2005, não faz menção à quantidade de horas que a disciplina Libras deve ter. Acreditamos que este seja um ponto muito importante com relação a esta política, uma vez que levantamos a hipótese de que a carga horária estabelecida no Projeto Pedagógico de Curso (PPC), seja insuficiente.

### 1.4 HISTÓRICO SOBRE O IFPE *CAMPUS* PESQUEIRA

Iniciando como Escola Técnica Federal de Pernambuco em 1993, sua criação foi através do Programa de Expansão do Ensino Técnico que, segundo o site da instituição, o objetivo era “interiorizar esta modalidade de ensino dando oportunidade aos jovens do interior do país de conseguirem acesso ao ensino técnico, possibilitando uma qualificação da mão-de-obra regional”. Entre as cidades selecionadas para fazer parte deste programa, Pesqueira foi escolhida como o primeiro município a sediar uma Escola Técnica no agreste pernambucano.

Em 18 de janeiro de 1999 a Escola Técnica Federal de Pernambuco passou a ser Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco (CEFET-PE). Já em 29 de dezembro de 2008, através da Lei 11.892, a unidade de Pesqueira do CEFET-PE transforma-se em *Campus* Pesqueira do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco. De acordo com sua Lei de criação no Art. 2º

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas [...]

O *Campus* Pesqueira é referência em qualidade de ensino na região, atraindo estudantes de várias cidades circunvizinhas. Em seu *site* há disponível as informações sobre os cursos que oferece: Técnico em Edificações (integrado e subsequente), Técnico em Eletrotécnica (integrado e subsequente), Programa de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) com o curso Auxiliar Administrativo, Bacharelado em Enfermagem, Bacharelado em Engenharia Elétrica, Licenciatura em Física e, Licenciatura em Matemática. Também na modalidade PROEJA, o recente curso de qualificação profissional em Auxiliar de Gestão de Meio Ambiente, Saúde e Segurança no Trabalho.

Figura 1 – Fotografia do IFPE *Campus* Pesqueira



Fonte: A autora.

O referido *Campus* foi o primeiro de todos os *campi*<sup>1</sup> do IFPE a contratar um professor de Libras, que além de dar aulas para os cursos de licenciatura, também ministrou cursos de capacitação para os servidores do *Campus* Pesqueira em cumprimento ao que determina o Decreto nº 5.626/2005, no Capítulo VIII, Art. 26 § 1º em que diz que as instituições de que trata o caput devem dispor de, pelo menos, 5% (cinco por cento) de servidores, funcionários e empregados com capacitação básica em Libras.

---

<sup>1</sup> O vocábulo *campi* é o plural de *campus*, de acordo com a Nota Informativa Nº 155/2015/CGPG/DDR/SETEC/MEC. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_man&view=download&alias=20341-nota-informativa-155-2015-setec-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_man&view=download&alias=20341-nota-informativa-155-2015-setec-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 6 fev. 2020.

O Instituto Federal *Campus* Pesqueira é uma instituição de ensino que se destaca por sua excelência educacional e prestação de serviços sociais à comunidade. O IFPE realiza ações voltadas para inclusão de pessoas com deficiência para viabilizar o acesso, permanência e êxito através da Coordenação de Políticas Inclusivas que, “busca desenvolver ações que promovam o respeito à diversidade e às especificidades de cada ser humano, valorizando as diferenças sociais, culturais, físicas e emocionais”, conforme disponível no *site* do IFPE, constando que as atividades são realizadas em conjunto com os Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne), Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi) e os Núcleos de Gênero e Diversidade dos *campi* do instituto.

O *Campus* Pesqueira é uma instituição inclusiva que reconhece a diversidade e desenvolve muitas ações como, por exemplo, em 2018 o *Campus* foi sede da 5ª edição do Seminário de Inclusão e do 1º Encontro dos Povos Indígenas e Quilombolas. Em Pesqueira há o povo indígena Xukuru e o IFPE tem muitos projetos e ações envolvendo essa comunidade indígena. Podemos perceber que o *Campus* assume o seu compromisso com a população desta cidade e região em prol do desenvolvimento educacional, social e cultural, buscando o respeito ao indivíduo e suas especificidades.

## 1.5 METODOLOGIA

Este estudo foi realizado a partir de uma pesquisa de campo, adotando uma abordagem qualitativa, que para Batista e Domingos (2017, p. 14)

A análise qualitativa do efeito das políticas busca primeiramente identificar a qualidade da mudança gerada pela política. [...] O foco está em como os indivíduos percebem a implementação, como foram afetados pelos instrumentos do programa e quais efeitos foram gerados. A análise é feita em termos de valores e significados. [...] O foco vai muito além dos objetivos e metas previstos pelo programa e o interesse está em cada ator como único, com padrão de significação próprio.

Minayo (2012, p. 626) afirma que “A análise qualitativa de um objeto de investigação concretiza a possibilidade de construção de conhecimento e possui todos os requisitos e instrumentos para ser considerada e valorizada como um construto científico.”

O local da investigação foi o IFPE *Campus* Pesqueira. A população-alvo dos procedimentos desta pesquisa foram os estudantes dos cursos de licenciatura em Física e Matemática, um(a) professor(a) e um(a) intérprete de Libras. O instrumento utilizado para a

coleta de dados foi a entrevista semiestruturada. Os roteiros das entrevistas (Apêndice A, B e C) foram elaborados pela própria autora com base nos objetivos deste estudo, pesquisa bibliográfica e documental realizada.

A entrevista busca o registro das informações, opiniões, reflexões dos entrevistados sobre o assunto. O tipo de entrevista semiestruturada oferece a oportunidade de incluir outros pontos no roteiro de perguntas que o entrevistador vai percebendo necessários durante a entrevista. As entrevistas foram gravadas (captação de voz), através de aparelho celular, e depois transcritas para realização das análises, pois de acordo com Bardin (2016) o registro deve ser integral e incluir os momentos de risos, silêncios e hesitações do entrevistado, por exemplo. Para interpretar os dados, empregamos a análise de conteúdo.

A análise de conteúdo, segundo Bardin (2016, p. 50) “procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça. [...] é uma busca de outras realidades por meio das mensagens”. Caregnato e Mutti (2006, p. 684) ressaltam que a análise de conteúdo se preocupa em “compreender o pensamento do sujeito através do conteúdo expresso no texto”.

A análise de conteúdo qualitativa, segundo Lima (1993, p. 54 apud CAREGNATO e MUTTI, 2006, p. 682) “considera a presença ou a ausência de uma dada característica de conteúdo ou conjunto de características num determinado fragmento da mensagem”.

O componente curricular Libras é ofertado no 3º período do curso de Licenciatura em Física e, no 7º período da Licenciatura em Matemática (conforme matrizes curriculares e ementas em anexo). Esclarecemos que esses dois períodos existiram no semestre letivo 2019.1. As disciplinas têm a mesma carga horária de 72 horas-aula que correspondem a 54 horas-relógio nos dois cursos.

A população do estudo é formada por 30 (trinta) estudantes do 4º período de Licenciatura em Física e, 30 (trinta) estudantes do 8º período de Licenciatura em Matemática, 1 (um/uma) professor(a) de Libras e 1 (um/uma) intérprete de Libras. A amostra é composta pela quantidade de 5 (cinco) estudantes de cada uma das licenciaturas mencionadas, desta forma, realizamos 10 (dez) entrevistas com estudantes e, com os 2 (dois) profissionais em Libras. Totalizando 12 (doze) entrevistas.

Destacamos que não houve cálculo amostral uma vez que essa quantidade de entrevistas se justifica por ser uma pesquisa de cunho qualitativo.

### **1.5.1 Critérios de Inclusão e Exclusão**

- Critério de inclusão – Estudantes que já cursaram o componente curricular Libras na licenciatura e, maiores de 18 anos.
- Critérios de exclusão – Os estudantes que ainda não cursaram o componente curricular Libras na licenciatura e, menores de 18 anos.

### **1.5.2 Recrutamento dos Participantes**

O recrutamento dos voluntários visando a sua participação na pesquisa aconteceu por amostra não probabilística por conveniência. Sendo apresentado o objetivo do estudo e explicada a importância de sua participação. Todos os que aceitaram participar assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

### **1.5.3 Aspectos Éticos**

Antes do início da pesquisa foi solicitado ao Diretor Geral do *Campus* Pesqueira a assinatura da carta de anuência, requerendo autorização para a realização da pesquisa nas dependências do *Campus*.

Esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) com Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE): 20703219.0.0000.5208, recebendo o parecer de aprovação e liberação para a coleta de dados. A realização deste estudo obedeceu aos preceitos éticos da Resolução 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Os riscos e benefícios foram avaliados e considerados adequados em consonância com a Resolução CNS nº 466/12.

As citações referentes aos participantes da pesquisa estão mencionadas por código (E 1, E 2, E 3, ...), com a finalidade de preservar a identidade deles.

## 2 REVISÃO TEÓRICA

### 2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

O surgimento da área de políticas públicas, de acordo com Souza (2006, p. 21) “enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica nasce nos EUA”, pois na Europa surgiu “como um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado e de uma das mais importantes instituições do Estado - o governo -, produtor, por excelência, de políticas públicas.” Souza (2006, p. 22) ainda esclarece que ao contrário do ocorrido na Europa, nos EUA, “a área surge no mundo acadêmico sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, passando direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos”.

Souza (2006, p. 23) relata que esta área de estudo possui “quatro grandes “pais” fundadores: H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton”. Esclarece a autora que “Laswell (1936) introduz a expressão *policy analysis* (análise de política pública)”; “Simon (1957) introduziu o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos (*policy makers*)”; já “Lindblom (1959; 1979) questionou a ênfase no racionalismo de Laswell e Simon e propôs a incorporação de outras variáveis à formulação e à análise de políticas públicas”; e por fim, “Easton (1965) contribuiu para a área ao definir a política pública como um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente.” (2006, p. 24)

As Políticas Públicas são ações que o Estado, tanto na esfera federal, estadual ou municipal, realiza com o objetivo de atender a demandas da sociedade que solicita providências em relação a problemas, dificuldades, reconhecimento de direitos, entre outros. Rua (2009, p. 37) explica que

A política pública é considerada resultante de uma série de atividades políticas que, agrupadas, formam o processo político. Essa visão conduz os estudiosos a examinar como as decisões são ou poderiam ser tomadas e permite identificar e analisar os processos político-administrativos, os mecanismos e estratégias definidas para a realização da política, e o comportamento dos diferentes atores envolvidos em cada etapa do processo de produção das políticas.

Com relação a definição de políticas públicas, conforme Souza (2006, p. 24) “A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.” Para Souza (2006, p. 26) a política pública pode ser resumida “como o campo do

conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)”.

Na visão de Souza (2006, p. 40)

o principal foco analítico da política pública está na identificação do tipo de problema que a política pública visa corrigir, na chegada desse problema ao sistema político (*politics*) e à sociedade política (*polity*), e nas instituições/regras que irão modelar a decisão e a implementação da política pública.

O Ciclo de Políticas Públicas (*policy cycle*) representa as fases, as etapas de uma política pública. Segundo Jannuzzi (2011, p. 259 e 260)

[...] a primeira etapa (definição da agenda política – *Agenda-Setting*) corresponde aos múltiplos caminhos e processos que culminam com o reconhecimento de uma questão social como problema público e da necessidade da ação governamental para sua solução; isto é, a legitimação desta questão na pauta pública ou na agenda das políticas públicas do país, em determinado momento. A etapa seguinte (formulação de políticas públicas e programas – *Policy Formulation*) refere-se aos processos e às atividades relacionados à construção de possíveis soluções, encaminhamentos e programas para lidar com a questão recém-legitimada na agenda. É preciso, então, em sequência – na tomada de decisão técnica-política (*Decision Making*) -, escolher o rumo a seguir, de ação efetiva ou não, decidindo-se por uma ou algumas das alternativas formuladas. A quarta etapa (implementação de políticas e programas – *Policy Implementation*) corresponde aos esforços de efetivação da ação governamental na alocação de recursos e no desenvolvimento dos processos previstos nas alternativas e nos programas escolhidos anteriormente. Por fim, é preciso analisar se os esforços empreendidos estão atuando no sentido esperado de solucionar o problema original (avaliação das políticas e dos programas – *Policy Evaluation*). É necessário verificar se é preciso realizar mudanças nos programas implementados para garantir sua efetividade; descontinuá-los, se o problema deixou de compor a agenda; ou então adaptá-los a uma nova realidade, reiniciando o ciclo.

Analisando o ciclo de políticas públicas, podemos perceber que esta pesquisa tem relação com a etapa de avaliação, uma vez que realizaremos a análise de uma política pública já implementada, possibilitando a percepção de possíveis falhas, o que pode levar ao aprimoramento posterior.

De acordo com Cohen e Franco, 2013; Rossi, Lipsey e Freeman, 2004, *apud* BATISTA e DOMINGOS, 2017, p. 2

A avaliação pode ser de vários tipos e classificada de várias formas diferentes. Quanto ao tempo, a avaliação pode ser *ex-ante* ou *ex-post*. Quanto a quem avalia, a avaliação pode ser feita internamente, pelos próprios gestores do

programa, externamente, por avaliadores independentes, ou participante, contando com o input dos beneficiários do programa. Quanto ao objeto, a avaliação pode ser concentrada nos processos da política, nos resultados, nos impactos ou ainda na eficiência.

Para Ramos e Schabbach (2012, p. 1273)

A avaliação constitui-se na determinação de valor de uma atividade, programa ou política, um julgamento tão sistemático e objetivo quanto possível, efetuado por avaliadores internos ou externos. Ao incorporar elementos valorativos e de julgamento, a avaliação contempla aspectos qualitativos, não se confundindo com o mero acompanhamento das ações governamentais.

Ramos e Schabbach (p.1277) acrescentam ainda

[...] a avaliação *ex post* é realizada durante a execução de um programa ou ao seu final, quando as decisões passam a se basear nos resultados alcançados. Quando o programa está em execução, julga-se se ele deve continuar ou não, com base nos resultados obtidos até o momento. Se a resposta for positiva, avalia-se se se deve manter a formulação original ou efetuar modificações, redirecionando os objetivos, propostas e atividades.

Desta forma, esta pesquisa realizou uma avaliação externa da política pública que, com relação à temporalidade é *ex-post*, pois foi feita após a inserção do componente curricular Libras na matriz curricular dos cursos de licenciatura pesquisados. Concentramos nosso trabalho na avaliação dos resultados da política pública, pois segundo Ramos e Schabbach (2012, p. 1278)

avaliação de resultados procura verificar em que medida o programa alcançou os objetivos e quais foram seus efeitos e consequências, indagando, após sua implementação, se houve modificações na situação-problema que originou a formulação do programa e examinando o sucesso ou fracasso em termos de mudança efetiva nas condições prévias de vida das populações beneficiadas.

O governo brasileiro instituiu através do Decreto nº 9.834, de 12 de junho de 2019, o Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas, que possui natureza consultiva e a finalidade de: “I - avaliar as políticas públicas selecionadas, que são financiadas por gastos diretos ou subsídios da União; e II - monitorar a implementação das propostas de alteração das políticas públicas resultantes da avaliação, em consonância com as boas práticas de governança”. Nesse sentido, é de suma importância que o governo tenha um olhar mais atencioso sobre suas ações, verificando se estão sendo eficientes, eficazes e efetivas. Realizando os ajustes necessários para o alcance dos resultados pretendidos nas políticas públicas e seus possíveis impactos, alcançando assim, o que preconiza o ciclo de políticas públicas.

### 2.1.1 Políticas Públicas Educacionais

Na Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, a educação é um dos direitos sociais. Consta no Capítulo III, da Educação, da Cultura e do Desporto, Seção I, da Educação, no Art. 205 “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Como podemos ver a educação é um direito estabelecido na Constituição do nosso país para todos, para que se desenvolvam, exerçam a cidadania, estejam preparados para desempenhar uma profissão, assim como, expandam as suas habilidades ao longo de suas existências.

Os sistemas de ensino são organizados em regime de colaboração de acordo com a Emenda Constitucional nº 14, de 1996, onde os Municípios têm atuação prioritária no ensino fundamental e na educação infantil, os Estados e o Distrito Federal atuam prioritariamente no ensino fundamental e médio, já a União organiza o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financia as instituições de ensino públicas federais e tem função redistributiva e supletiva para garantir a equalização de oportunidades educacionais e a qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos outros entes.

O Ministério da Educação, conforme consta em seu site, é um órgão da administração federal direta, que tem competência sobre:

- I - política nacional de educação;
- II - educação infantil;
- III - educação em geral, compreendendo ensino fundamental, ensino médio, ensino superior, educação de jovens e adultos, educação profissional, educação especial e educação a distância, exceto ensino militar;
- IV - avaliação, informação e pesquisa educacional;
- V - pesquisa e extensão universitária;
- VI - magistério; e
- VII - assistência financeira a famílias carentes para a escolarização de seus filhos ou dependentes.

As ações governamentais como a criação de projetos e programas para o acesso de todos à educação, para a melhoria da qualidade e as medidas para a solução de problemas, são exemplos de políticas públicas educacionais. Assim, podemos citar: o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que tem como proposta a ajuda na permanência de estudantes nas instituições federais de ensino e, o Programa Universidade para Todos (PROUNI) que oferta bolsas de estudo em instituições de ensino superior privadas. Essa são políticas que auxiliam bastante os estudantes e são exemplos de atuações que utilizam recursos financeiros

do governo, desta forma, devem ser avaliadas e monitoradas para identificar se estão sendo bem executadas.

Sendo a educação elementar para o desenvolvimento das pessoas e assim, do país. As políticas públicas de educação no Brasil, de acordo com Carmo e Rocha (2014, p. 893) “apresentam avanços expressivos, apesar de ainda precisarem de maiores investimentos no sentido de garantir a igualdade de acesso e permanência a todas as crianças, adolescentes e jovens estudantes no ensino fundamental, secundário e superior”.

Neste aspecto, cabe ressaltar a necessidade da realização das avaliações das políticas públicas educacionais para identificar lacunas, melhorar processos, otimizar a utilização de recurso e assim, superar as desigualdades.

### **2.1.2 Políticas Públicas de Inclusão e Acessibilidade**

Como a educação é um direito de todos, também estão inclusas todas as pessoas com deficiência. O Estado formula políticas públicas para promover a inclusão com o acesso, permanência e êxito dessas minorias, pois segundo a Constituição no “Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...]”. Desta forma, é preciso assegurar esse direito às pessoas com deficiência.

A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), no Capítulo IV, Do Direito À Educação, no Art. 27 consta que

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

Sendo assim, todos, enquanto sociedade, devemos cuidar para que essas pessoas não sejam excluídas. Promovendo ambientes que sejam acessíveis e que garantam a inclusão de todos sem distinção, pois cada tipo de deficiência necessita de adequações específicas e respeito.

A Constituição Federal, no seu Art. 208, relata que “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...] III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;”. Com relação ao termo utilizado “portador de deficiência”, há a Proposta de Emenda à Constituição nº 25, de 2017, que foi aprovada pelo Plenário e segue atualmente para a análise da Câmara dos Deputados, conforme consta no *site* do Senado, que propõe

Ementa:

Altera os arts. 7º, 23, 24, 37, 40, 201, 203, 208, 227 e 244 da Constituição Federal para incorporar-lhes a nomenclatura “pessoa com deficiência”, utilizada pela Convenção Internacional sobre o Direito das Pessoas com Deficiência.

Explicação da Ementa:

Desde a incorporação da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, equivalente à emenda constitucional, o direito brasileiro passou a reconhecer a adequação da expressão “pessoa com deficiência” em detrimento de outras, já consideradas inadequadas.

Como podemos perceber, desde ações que parecem simples como o uso de um termo a quebra de paradigmas são necessárias no contexto da inclusão.

No mês de janeiro de 2019, foi nomeada para o cargo de Secretária da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência a “primeira surda a ocupar um cargo no segundo escalão do Governo Federal” e professora de Libras, de acordo com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, órgão ao qual faz parte. A Secretaria “atua na articulação e coordenação das políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência”, conforme o *site* da instituição, dentre as suas competências incluem:

[...]

- Estimular que todas as políticas públicas e os programas contemplem a promoção, a proteção e a defesa dos direitos da pessoa com deficiência;
- Coordenar e supervisionar o Programa Nacional de Acessibilidade e o Programa de Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como propor as providências necessárias à sua completa implantação e ao seu adequado desenvolvimento;

[...]

Como exemplo de ação governamental em relação aos surdos e à Libras, podemos citar a criação, no ano de 2019, do “Libras Gov - Sinalizando em Língua Brasileira de Sinais”. De acordo com o Planalto, tem como objetivo possibilitar

o acesso de cidadãos surdos brasileiros, profissionais intérpretes de Libras, comunidade surda, entre outros, a termos específicos do Governo Federal e a informações relacionadas ao campo dos três poderes que compõem a República Brasileira.

São disponibilizados vídeos com os sinais em Libras dos órgãos governamentais, cargos, ministérios, entre outros, nas redes sociais<sup>2</sup> do Governo Federal.

Os locais, espaços, tanto públicos quanto privados precisam estar preparados para atender os brasileiros com alguma deficiência, possuindo ambientes adaptados e funcionários capacitados. Realizando eventos para que todos possam ter acesso e usufruir dos bens e direitos que lhe competirem. Portanto, são necessárias políticas públicas para sanar as desigualdades e fiscalização do cumprimento das leis. Assim, Falcão (2014, p. 188 e 189) afirma que

É no dia-a-dia que percebemos as discriminações causadas pelas diferenças. É necessário que haja uma consciência de que não basta termos leis a serem seguidas, precisamos de atitudes que visem uma sociedade inclusiva, respeitando os direitos e cumprindo com seus deveres. Também é função da comunidade proporcionar às pessoas as adaptações necessárias para uma educação de qualidade (com foco profissional), uma melhor adequação física (locomoção), linguística (comunicação) e tudo o que for primordial para que estas adaptações sejam cumpridas e os direitos de cada indivíduo sejam respeitados.

Por isso, as ações em prol da inclusão não devem ser só dos órgãos governamentais ou empresas, todos nós devemos desenvolver mais a nossa empatia e agir sem preconceito e com consciência sobre acessibilidade. Nesse aspecto, cabe ressaltar que, segundo Falcão (2014, p. 137) “Em conversas de roda com surdos e em encontros escolares, o sentimento de maior impacto entre os jovens é o de se sentirem discriminados porque a sociedade em geral não sabe falar em sinais e com isto não conseguem se entender.” Por isso, devem existir mais ações de divulgação, ensino e aprendizagem da língua de sinais para toda a população do país, para que, no futuro, não haja mais relatos como esse.

## 2.2 LIBRAS

Segundo o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, Art. 2º, a “pessoa surda é aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de

---

<sup>2</sup> Uma das redes sociais é no YouTube. Disponível em:

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLLdmWfZf2mUNKILgetCN27djrAoSjAoEVITG>. Acesso em: 6 fev. 2020.

Sinais - Libras.” O Decreto considera “deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz”.

Algumas pessoas ainda chamam de forma errada os surdos de “surdo-mudo”, porém a utilização desse termo é inadequada. Como destaca Ramos (2004a, p. 3),

Temos na Bíblia um relato de um milagre de Jesus que “cura” um surdo e este se põe imediatamente a falar. Interessante lembrar que a palavra para designar surdo e mudo é única, “kophoi”. Não existe língua possível para eles. Essa imagem da antiguidade persiste ainda hoje no imaginário popular. O surdo-mudo. Como se a manifestação de uma condição fosse inseparável da outra. Apesar de hoje em dia sabermos que não se nasce “mudo” porque se nasce “surdo”, o senso comum mantém o conceito invariável. Ainda o surdo-mudo.

Quadros (2004, p. 56) explica que

A voz dos surdos são as suas mãos e os corpos que pensam, sonham e expressam. As línguas de sinais envolvem movimentos que podem parecer sem sentido para muitos, mas que significam a possibilidade de organizar ideias, estruturar o pensamento e manifestar o significado da vida dos surdos.

De acordo com Ramos (2004b, p. 2), “[...] as Línguas de Sinais deixaram de serem vistas como “mímica” e finalmente, a partir de 1960, foram reconhecidas cientificamente como línguas naturais de modalidade gestual”.

São usados sinais na Libras para estabelecer a comunicação, conforme explica Falcão (2014, p. 443)

Na Língua Portuguesa, o que é representado e definido como palavra corresponde na Libras a um sinal, este é formado a partir da combinação dos movimentos das mãos em determinado formato e arranjo no espaço, envolvendo inclusive e principalmente as expressões e sentimentos através da face em cinco parâmetros: Configuração das Mãos, Locação, Movimento, Orientação/direção/velocidade e Expressão Facial.

A Libras, segundo FENEIS (revista 2:16 *apud* Ramos, 2005, p. 10), “como toda Língua de Sinais, é uma língua de modalidade gestual-visual porque utiliza, como canal ou meio de comunicação, movimentos gestuais e expressões faciais que são percebidos pela visão”. De acordo com a mesma, nas Línguas de Sinais existem os seguintes parâmetros:

1. **configuração das mãos:** são formas das mãos, que podem ser da datilologia (alfabeto manual) ou outras formas feitas pela mão predominante (mão direita para os destros), ou pelas duas mãos do emissor ou sinalizador. Os sinais APRENDER, LARANJA e ADORAR têm a mesma configuração de mão;
2. **ponto de articulação:** é o lugar onde incide a mão predominante configurada, podendo esta tocar alguma parte do corpo ou estar em um espaço

neutro vertical (do meio do corpo até à cabeça) e horizontal (à frente do emissor). Os sinais TRABALHAR, BRINCAR, CONSERTAR são feitos no espaço neutro e os sinais ESQUECER, APRENDER e PENSAR são feitos na testa;

3. **movimento**: os sinais podem ter um movimento ou não. Os sinais citados acima têm movimento, com exceção de PENSAR que, como os sinais AJOELHAR, EM-PÉ, não tem movimento;

4. **orientação**: os sinais podem ter uma direção e a inversão desta pode significar ideia de oposição, contrário ou concordância número-pessoal, como os sinais QUERER E QUERER-NÃO; IR e VIR;

5. **expressão facial e/ou corporal**: muitos sinais, além dos quatro parâmetros mencionados acima, em sua configuração tem como traço diferenciador também a expressão facial e/ou corporal, como os sinais ALEGRE e TRISTE. [...]

Na combinação destes quatro parâmetros, ou cinco, tem-se o sinal. Falar com as mãos é, portanto, combinar estes elementos que formam as palavras e estas formam as frases em um contexto. (Revista FENEIS *apud* RAMOS 2005, p. 11, grifo nosso)

Sobre as origens das línguas de sinais, Ramos (2005, p. 3) relata que

Pelo fato de as Línguas de Sinais serem “faladas”, sem registro escrito, existe muita dificuldade de se localizarem as origens das mesmas. Por se tratarem de comunidades pequenas e não reunidas geograficamente, o que se conhece até hoje sobre os surdos e suas Línguas de Sinais ainda é pouco.

Nesse sentido, enfatiza Reis (1992, p. 57 *apud* RAMOS 2005, p. 8) que

É conhecido como o “início oficial” da educação dos surdos brasileiros a fundação, no Rio de Janeiro, do Instituto Nacional de Surdos-Mudos (INSM, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES), através da Lei 830, que D. Pedro II assinou em 26 de setembro de 1857. [...]

Reis relata que o professor Geraldo Cavalcanti de Albuquerque, discípulo do professor João Brasil Silvado (diretor do INSM em 1907), informou-lhe em entrevista que o interesse do imperador D. Pedro II em educação de surdos viria do fato de ser a princesa Isabel mãe de um filho surdo e casada com o Conde D’Eu, parcialmente surdo. Sabe-se que, realmente, houve empenho especial por parte de D. Pedro II quanto à fundação de uma escola para surdos, mandando inclusive trazer para o país em 1855 um professor surdo francês, Ernest (ou Eduard) Huet, vindo do Instituto de Surdos-Mudos de Paris, para que o trabalho com os surdos estivesse atualizado com as novas metodologias educacionais.

No dia 26 de setembro é comemorado o dia nacional do surdo, estabelecido pela Lei nº 11.796/2008. Segundo a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), essa data foi escolhida por ser o dia em que houve a inauguração da primeira escola para surdos no país.

A Libras também tem o seu dia. Através da Lei nº 13.055/2014, foi instituído o dia 24 de abril como o Dia Nacional da Libras.

Para que se efetive o ensino-aprendizagem dessa língua, são necessárias políticas públicas educacionais. Na busca pela inclusão dos surdos, foram elaboradas algumas políticas públicas na forma de leis e decretos em nosso país, garantindo direitos às pessoas surdas e com outros tipos de deficiências. Esse é o caso, por exemplo, da Lei nº 10.436/2002, que “Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências”, conforme já registrado na introdução deste trabalho. Também o Decreto nº 5.626/2005, que versa sobre a inclusão da Libras como disciplina curricular e regulamenta a referida Lei.

De acordo com esses dispositivos legais, pode-se perceber que as instituições de ensino precisam se envolver diretamente no processo de inclusão. Neste sentido o INES, segundo o *site* da instituição, é reconhecido, na estrutura do MEC, como centro de referência nacional na área da surdez, exercendo os papéis de subsidiar a formulação de políticas públicas e de apoiar a sua implementação pelas esferas subnacionais de Governo. Atua na perspectiva da efetivação do direito à educação de crianças, jovens e adultos surdos, produzindo conhecimento e apoiando diretamente os sistemas de ensino para dar suporte às escolas brasileiras que devem oferecer educação de qualidade a esses cidadãos que demandam políticas de ensino que contemplem sua singularidade linguística<sup>3</sup>.

Destacamos que a FENEIS, conforme o sítio eletrônico, é uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos, que tem por finalidade a defesa de políticas linguísticas, educação, cultura, saúde e assistência social, em favor da comunidade surda brasileira, bem como a defesa de seus direitos. É filiada à Federação Mundial dos Surdos, conta com uma rede de seis Administrações Regionais, e, face à importância, suas atividades foram reconhecidas como de utilidade pública federal, estadual e municipal<sup>4</sup>.

Ciente, então, da necessidade de as instituições públicas comprometerem-se com o processo de inclusão, o *Campus* Pesqueira foi o pioneiro entre os *campi* do IFPE, a contratar um professor de Libras, que além de dar aulas para os cursos de licenciatura, também ministrou cursos de capacitação aos servidores administrativos e docentes do instituto.

Em relação à inserção da Libras como disciplina obrigatória nos cursos de formação de professores nas licenciaturas, Monteiro, *et al* (2013, p. 120) apontam limites que precisam ser levados em consideração para que seja promovido um ensino de melhor qualidade. Dentre esses

---

<sup>3</sup> Disponível em: <http://www.ines.gov.br/o-que-fazemos>. Acesso em: 28 jun. 2019.

<sup>4</sup> Disponível em: <http://www.https://feneis.org.br/sp/sobre/>. Acesso em: 6 fev. 2020.

limites, essas autoras destacam “[...] a falta de preparação dos professores no que diz respeito à educação da pessoa com deficiência auditiva/surdez, sob a alegação de ainda não possuírem formação adequada para o trabalho pedagógico [...]”.

Ainda conforme Monteiro, *et al* (2013, p. 125), são escassas as produções acadêmicas referentes ao ensino da Libras nos cursos de licenciatura, o que compromete a “[...] efetividade da política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva e a garantia de acesso e permanência das pessoas com deficiência no sistema regular de ensino”. Acrescentam que os cursos de licenciatura têm tido dificuldades em se adequar ao Decreto nº 5.626/2005, principalmente devido à falta “de mão de obra qualificada para ministrar a disciplina Libras” Monteiro, *et al* (2013, p. 126), o que, conseqüentemente, compromete a formação de novos professores.

Uma observação importante sobre o mencionado Decreto é que ele não estabelece a quantidade de horas (carga horária) que a disciplina Libras deve ter. Sendo uma questão relevante em relação a esta política, pois cremos que a carga horária estabelecida no PPC, no caso das licenciaturas, não seja suficiente para suprir as expectativas de aprendizado dos estudantes sobre a Libras e a questão pedagógica para o ensino em sala de aula com alunos surdos. São muitos assuntos e questões a serem abordadas e pouco tempo para tal.

Sabemos que, para ser inserido no ambiente escolar, o surdo precisa que a escola e professores estejam aptos para atendê-los, e assim, ele possa alcançar qualificação profissional por meio de cursos de nível técnico, graduação e pós-graduação para entrarem e permanecerem no mercado de trabalho.

Falcão (2017, p. 106) traz uma colocação de que

A inclusão da Libras e da educação dos surdos como proposta de humanização dos espaços sociais, desde a saúde, família à escola, na formação profissional técnica ou superior e na educação continuada para professores e professoras de todo o ensino regular e inclusivo se fundamenta numa dinâmica de consubstanciar o processo educacional para uma formação mais humana e acessível, com dignidade e acolhimento das, para e com as pessoas surdas, [...].

Além disso, o papel de uma escola inclusiva extrapola a produção de conhecimento, pois ela também tem o dever de realizar os seus processos educacionais de forma democrática e inclusiva, preocupando-se com o ambiente onde está inserida, desenvolvendo ações sociais e políticas de inclusão para a população, promovendo a integração com a comunidade.

Esse, no entanto, é um tema ainda pouco discutido e que necessita de mais publicações. Entendemos, então, serem importantes os esforços para a promoção do diálogo e a realização de estudos sobre essa temática. Nosso país já realizou alguns avanços nas políticas públicas inclusivas para os surdos, mas é preciso fazer a avaliação delas e analisar a inserção de mais políticas visando a educação para todos.

### 3 RESULTADOS DA PESQUISA

Após as entrevistas realizamos a análise dos dados levantados, revelando assim, os resultados da pesquisa.

De acordo com Minayo (2012 p. 622)

Fazer ciência é trabalhar simultaneamente com teoria, método e técnicas, numa perspectiva em que esse tripé se condicione mutuamente: o modo de fazer depende do que o objeto demanda, e a resposta ao objeto depende das perguntas, dos instrumentos e das estratégias utilizadas na coleta dos dados. À trilogia acrescento sempre que a qualidade de uma análise depende também da arte, da experiência e da capacidade de aprofundamento do investigador que dá o tom e o tempero do trabalho que elabora.

Sendo assim, diante do arcabouço teórico e dos objetivos da pesquisa, executamos a técnica de análise de conteúdo das entrevistas conforme Bardin preconiza e estabelecemos 5 categorias: 1- Importância da disciplina; 2- Alteração do entendimento sobre surdez e a Libras; 3- Experiência de contato com surdos e a Libras; 4- Colaboração do componente curricular Libras para a prática pedagógica; 5- Necessidade de mais carga horária/componente curricular.

#### 3.1 IMPORTÂNCIA DA DISCIPLINA

Esta primeira categoria levou em consideração os seguintes recortes temáticos: reconhecimento da importância da disciplina Libras; possibilidade de ter um estudante surdo em sua futura sala de aula; evidências de que os estudantes gostaram do componente curricular.

Todos os entrevistados reconhecem a relevância da disciplina Libras nas licenciaturas. Como podemos notar, na perspectiva dos estudantes:

É de extrema importância. Uma vez que o sistema trabalha tanto com inclusão, então a inclusão tem que partir daí, da formação dos professores mesmo. Porque a gente já vai sair daqui com uma bagagem, já com certo grau de instrução para trabalhar com os alunos futuramente. (E 10)

É muito importante, principalmente, já que é um curso de licenciatura, a gente tem que saber lidar com essas especificidades das pessoas surdas. E é um desafio para a gente conseguir estabelecer a comunicação com eles e, principalmente, para o ensino de física. Então, acho que é de extrema importância. (E 5)

Diante de tanto preconceito e de tanta ignorância da parte dos alunos e dos professores, é bastante útil e eficaz na grade curricular das licenciaturas abranger a disciplina de Libras, pois vamos trabalhar como professores. (E 2)

Percebemos nos depoimentos a compreensão da necessidade da Libras na formação de professores. O quanto é importante possuir esse conhecimento para o futuro profissional. Ao mesmo tempo, há o destaque de que é desafiador estabelecer comunicação com um surdo. Ressaltando, também, o preconceito e falta de conhecimento, que podem existir em alguns ambientes escolares, sobre os surdos e a língua utilizada por eles.

Os profissionais entrevistados também discorrem sobre a importância da Libras na formação dos futuros professores:

A disciplina de Libras como hoje está sendo ofertada é de extrema importância, mas ela ainda precisa ser melhorada, porque uma disciplina apenas não é suficiente. Ela apresenta apenas aspectos básicos. Eu acredito que o grande objetivo de quando o Decreto 5.626/2005 foi aprovado era sensibilizar, mas a gente já tá evoluindo para outro patamar e precisamos ultrapassar isso e superar esse Decreto. Acho que outro Decreto precisa surgir para que venha trazer muito mais detalhes de como a disciplina deve ser ensinada. Hoje eu a vejo como importante sim, extremamente importante para despertar nos estudantes das licenciaturas a sensibilidade para que, talvez, venha receber um aluno surdo. (E 1)

Nesse relato podemos perceber a preocupação do participante da pesquisa com os próximos passos que necessitam ser dados com relação ao futuro da disciplina Libras na formação dos professores. Uma vez que, como já frisamos, o Decreto mencionado não estipula a carga horária ou a quantidade de disciplinas que devem ser ministradas, muito menos em que período. O que nos faz questionar a respeito dessa política: O objetivo dela foi apenas levantar essa questão da sensibilidade sobre surdez e língua de sinais na formação desses estudantes? Como podemos perceber os estudantes e profissionais em Libras anseiam por mais que isso.

Outro aspecto levantado no próximo depoimento é sobre a relevância dessa disciplina ultrapassar os limites escolares, pois faz com que os estudantes possam estabelecer comunicação, mesmo que básica, com os surdos existentes em suas famílias e locais de convívio.

Fundamental, porque ela traz visibilidade de vários ângulos. No aspecto de política educacional é uma oportunidade de o futuro professor ter conhecimento da língua específica dos estudantes surdos que poderão estar na questão da inclusão na escola regular. Ter uma comunicação mínima com seu estudante ou com seu colega de trabalho surdo ou mesmo, vai além das quatro paredes da sala de aula, porque esse conhecimento básico que a disciplina permite leva-o também a ter um contato com o surdo lá do supermercado que ele vai encontrar, um parente, alguém que mora na sua rua. A percepção da diversidade humana, porque a disciplina Libras, apesar de trabalhar o ensino de uma língua, ela também aponta para uma identidade de um grupo diferente e, a partir dessa visibilidade dos surdos, da sua cultura. (E12)

Distinta questão abrangida pela fala desse respondente foi sobre o olhar para a diversidade humana que a disciplina proporciona. Como exemplo podemos citar, a cultura e identidade surda, uma vez que são assuntos contemplados nas ementas do componente curricular nas duas licenciaturas (como pode ser conferido nos anexos desta pesquisa). Ainda nesse contexto, acrescenta Falcão (2014, p. 377) “[...] para que a formação dos futuros educadores possa ser mais humana e a Libras enquanto disciplina curricular na formação de professores possa efetivamente contribuir para a inclusão dos alunos surdos.”

Vários entrevistados atrelaram a importância da disciplina à possibilidade de ter um estudante surdo em sua futura sala de aula. Um desses relatou que:

É importante porque a gente que está aqui se formando tem a possibilidade de pegar, no futuro, alunos que sejam surdos, né?! Então, conhecendo um pouco da Libras nós vamos ter menos dificuldade. Não que eu saiba de tudo, mas o pouco que a gente já sabe vai ajudar a se comunicar com aquele aluno. (E 8)

É necessário frisar que muitos dos entrevistados iam falando, já em suas primeiras respostas, que o tempo foi pouco (carga horária ou apenas uma disciplina) para esse componente curricular, mesmo antes de serem questionados sobre isso. Assim como, os estudantes participantes deste estudo, revelaram que gostaram de estudar Libras e, juntamente a essa informação, a necessidade de mais aulas:

É ótima, a disciplina é ótima! Porém, eu acho que é um período muito curto então não dá para você ver muita coisa. Você vê o básico do básico. Talvez se tivesse em mais de um período daria para aproveitar melhor. (E 7)

A disciplina ela é bastante rica e deveria ser mais extensa. Deveria ter mais do que só uma em um período. Deveria ter sido mais. (E 3)

Além desses relatos existiram vários outros demonstrando a empolgação com relação à disciplina cursada e o desejo por mais conhecimento e continuidade do aprendizado. Os estudantes deixaram evidente que gostaram de estudar Libras.

### 3.2 ALTERAÇÃO DO ENTENDIMENTO SOBRE SURDEZ E A LIBRAS

A segunda categoria evidencia: a quebra de paradigmas e modificação dos conceitos pré-estabelecidos sobre surdez e a língua de sinais; o conhecimento que a disciplina proporciona aos estudantes.

Sobre paradigmas e preconceitos a respeito dos surdos, Gesser (2009, p. 81) ressalta que “Muitas crenças e preconceitos ainda são compartilhados e permanecem vivos e fortes na nossa sociedade.”

Um dos alunos entrevistados relatou:

Eu, particularmente, tinha uma experiência, um entendimento das pessoas surdas um tanto preconceituoso, que acho que é uma construção histórica, cultural, de que surdo é mudo também, de que não fala e que tem dificuldade para se expressar. A partir do momento que a gente paga a disciplina de Libras, consegue mergulhar um pouquinho nesse mundo dos surdos e entender que eles não são mudos, que eles têm particularidades, que dá para a gente ter uma comunicação. Então, foi uma evolução bastante positiva na vida. (E 5)

Podemos notar nesta declaração a colocação do “entendimento preconceituoso” em relação ao surdo ser mudo como algo histórico/cultural, pois ainda vemos hoje em dia esse pensamento errado entre as pessoas. Como já mencionamos nesta pesquisa, esse termo (surdo-mudo) não é adequado. Gesser (2009, p. 45) explica que

“A maioria dos ouvintes desconhece a carga semântica que os termos *mudo*, *surdo-mudo*, e *deficiente auditivo* evocam. É facilmente observável que, para muitos ouvintes alheios à discussão sobre a surdez, o uso da palavra *surdo* pareça imprimir mais preconceito, enquanto o termo *deficiente auditivo* parece-lhes ser mais politicamente correto.”

Então, são barreiras e paradigmas que são quebrados através da educação, do conhecimento que traz a verdade sobre os fatos e nos faz perceber as diferenças. Mais depoimentos ressaltam esses aspectos:

Tinha aquela questão “surdo-mudo” aí tudo isso foi esclarecido durante a disciplina, as diferenças e melhorou bastante. (E 4)

Foi um impacto bastante grande porque a gente tinha um entendimento de surdo e mudo, mas aprendemos que não se pode chamar de surdo-mudo. [...] tem também a questão de ter problemas futuramente com audição e que pode levar a pessoa a ficar com problema auditivo. [...] Saber que ela (pessoa surda) é uma pessoa igual a nós. Saber que todos nós somos iguais. (E 2)

Este participante da pesquisa traz uma importante questão, pois qualquer um de nós pode sofrer algum problema/acidente que resulte em uma deficiência auditiva. Outro ponto declarado é a compreensão de que todos temos as nossas particularidades, mas no fim, somos todos iguais (surdos e ouvintes). Como também apontam os próximos depoimentos:

Antes eu tinha uma visão dos alunos surdos, tipo como uma questão mais ali, mais isolada, no mundo deles, só o contato entre eles. Como a gente não tinha contato com a Libras, é como se existisse uma separação, os surdos em um

canto e a gente (ouvintes) em outro. E, a partir do momento que a gente entrou em contato com a Libras, a gente percebeu que não, que é um mundo só. Abriu novos horizontes. (E 10)

Eu via muitas vezes um surdo e não tinha noção de como era para ele o mundo. Depois da disciplina de Libras, a gente entende que é uma pessoa normal, igual à gente, só que tem o mundo dele. Então a gente tem que tentar se comunicar em Libras, pois, às vezes, há exclusão por ter o receio de chegar próximo. (E 11)

Vejamos a utilização da palavra “mundo” nesses dois testemunhos: E10 achava que os surdos “viviam” em um “mundo” isolado, mas depois de estudar Libras entendeu que estava errado (“é um mundo só”) e que essa separação/isolamento era estabelecida pela falta de compreensão da comunicação que eles utilizam; já E11, diz que o surdo “tem o mundo dele”, mas podemos entender como sendo referente às especificidades dos surdos, à cultura surda. E não como sendo uma visão contrária ao depoimento anterior. Nesse sentido, relevante colocação possui Miranda (2012, p.127):

A inclusão, hoje assumida como um novo paradigma social e educacional vem defender uma sociedade mais justa e mais democrática, livre das práticas discriminatórias e segregacionistas que marcaram negativamente a história da humanidade, não mais fundado no único, o discurso atual passa a se constituir a partir do múltiplo, ou seja, da diversidade. Ser diferente não significa mais ser o oposto do normal, mas apenas ser diferente.

Os conhecimentos adquiridos durante a disciplina de Libras proporcionaram a alteração no entendimento dos estudantes a respeito dos surdos e a língua de sinais, possibilitando a realização da comunicação básica entre eles, como mencionado:

Primeiro que a gente passa a entender melhor os surdos, né! Coisa que a gente não tinha conhecimento. Via lá eles fazendo os gestos, mas não tinha nem noção do que estavam falando e a gente já passou a ter uma noção. (E 7)

Porque a gente quando se deparava com uma pessoa surda não sabia nenhum sinal, mas agora com o alfabeto e os sinais que aprendemos, mudou de alguma forma. Porque é pouco, mas dá para identificar como, por exemplo, os sinais de: Oi!, Boa tarde!, Bom dia!... (E 8)

Mesmo havendo uma categoria mais adiante (categoria 3) que aborda sobre o contato com surdos e a Libras, para uma melhor compreensão, precisamos esclarecer que dos dez estudantes entrevistados, dois relataram que conheciam surdos e a Libras antes de cursar a disciplina, já outros dois só pessoas surdas. O restante (seis) disseram que não tinham qualquer tipo de conhecimento anterior ao componente curricular com surdos ou a língua utilizada por

eles. Foi através dessa disciplina que tiveram o primeiro contato. Ressaltando, mais uma vez, como é necessária essa disciplina estar presente nos cursos de formação de professores.

Um dos participantes da pesquisa, profissional em Libras, destaca que

Muitos acreditam que a língua de sinais é a língua portuguesa nas mãos. (E 12)

Referindo-se a uma ideia inicial sobre a Libras e que é alterada através dos conhecimentos que o componente curricular se propõe a fornecer. Ainda nesse sentido, acrescenta que:

[...] há uma diferença linguística e que há questões específicas gramaticais. (E 12)

Gesser (2009, p. 33) afirma que “A língua de sinais tem estrutura própria, e é autônoma, ou seja, independente de qualquer língua oral em sua concepção linguística.” Esclarecendo sobre a Libras ser uma língua diferente da língua portuguesa, como já descrevemos anteriormente.

### 3.3 EXPERIÊNCIA DE CONTATO COM SURDOS E A LIBRAS

A terceira categoria é composta pelos seguintes temas: existência ou não de contato com surdos e a Libras anterior à disciplina; atividade prática do componente curricular com surdos; dificuldades apontadas em aprender Libras; considerações sobre como o estudante avalia seu próprio nível de conhecimento sobre Libras após a disciplina.

Como já mencionado anteriormente, dois estudantes relataram que tiveram contato antes da disciplina com a Libras e com surdos, já outros dois, só com surdos. O que mostra que a maioria (seis) não tinha um contato com surdos, seja no meio familiar ou como amigos, nem com a Libras. Conforme podemos perceber:

Não, nunca tinha tido contato com Libras, a primeira vez foi aqui (na Licenciatura). (E 8)

Até então, eu não tinha tido nenhum contato com a Libras. Aqui foi o primeiro contato e as aulas ajudaram bastante e, na prática, foi muito gratificante porque encontrar um surdo na rua e poder pelo menos falar um “Oi!”, “Bom dia!”, “Boa tarde!”... É muito legal! (E 9)

Foi o primeiro contato. Deu aquele friozinho na barriga, mas a gente já tinha um conhecimento prévio com o que aprendemos na sala (de aula) e deu para a gente conversar bem. (E 10)

Convém ressaltar que, se a disciplina de Libras não estivesse presente nessas licenciaturas, a maioria dos futuros professores que participaram desta pesquisa não teriam qualquer conhecimento sobre surdos ou a língua utilizada por eles. Como relatado por E9 agora pode encontrar um surdo e cumprimentá-lo. Desta forma, mais uma vez, destacamos o quanto foi imprescindível a inserção desse componente na formação dos docentes.

De acordo com as informações levantadas, os estudantes das duas licenciaturas realizaram o mesmo tipo de atividade prática:

Houve um trabalho que foi para encontrar um surdo e fazer a entrevista em Libras. (E 11)

Uma entrevista proposta dentro da disciplina de Libras. [...] Outros grupos também fizeram entrevistas com outras pessoas e a gente fez como espécie de um seminário, na verdade, tipo uma mesa redonda com todos juntos e pudemos conversar. (E 4)

A nossa segunda avaliação na disciplina de Libras foi fazer uma entrevista com um surdo e foi muito interessante. [...] Foi ótimo, pois fizemos a entrevista e depois os convidamos para virem ao IF, ao *Campus*, à noite nós fizemos uma homenagem para eles e foi muito bom. (E 7)

A gente fez uma entrevista com um surdo sobre a vida dele. Inclusive a gente o trouxe aqui para o IF. A gente tinha que gravar essa entrevista para mostrar. A entrevista era toda em Libras. Depois houve uma confraternização com todos os surdos que participaram das entrevistas. (E 5)

Acreditamos que propostas de atividades como essa solicitada aos discentes valorizam os surdos, pois faz com que a comunidade surda veja o empenho dos futuros docentes em aprender a Libras. Relevante destacar esse momento de integração relatado dos surdos entrevistados com a escola através da realização da homenagem e da confraternização.

Ficou evidente a empolgação com que os estudantes relatavam como foi essa atividade e como ela impactou positivamente eles. Uma vez que tiveram a oportunidade de pôr em prática os conhecimentos aprendidos na disciplina.

Após essa entrevista a gente teve uma visão mais ampla, uma visão mais criativa e uma visão mais prática de como é se comunicar. (E 2)

Foi bastante construtivo porque a gente estava pagando a disciplina e compartilhava os sinais um com o outro. Mas a gente não estava tendo uma comunicação direta com o surdo e quando a gente encontra a pessoa surda e vai tentar estabelecer comunicação é totalmente diferente. A gente entender o que é que ele quer dizer e dele tentar passar para gente o que é que ele quer falar. (E 5)

É quando vamos praticar algo que sentimos como é a realidade. Para aprender é preciso treinar. Diante disto, vejamos algumas das dificuldades elencadas pelos estudantes durante o aprendizado de Libras:

Decorar os sinais, pois são muitos. (E 9)

Aprender os gestos com a mão e que você tem que fazer rápido. Eu senti muita dificuldade. (E 3)

Acho que a dificuldade foi quando a gente teve um aumento de prática realmente, de estar em frente a uma pessoa surda e realmente conversar. Acho que a dificuldade foi a prática, porque mesmo a gente vendo todos os conceitos teóricos como se comportar, foi muito difícil por causa desse bloqueio, por falta de segurança, por realmente não dominar a língua. [...] É difícil porque eu não tenho, de fato, a segurança para receber um aluno surdo para passar esses conceitos. A gente está ainda engatinhando muito nessa direção. (E 4)

Importante revelação é feita por E4, pois mostra a sua preocupação por não se sentir preparado para transmitir conceitos complexos a alunos surdos que estejam em sua futura sala de aula. Embora saibamos que na sala de aula o estudante surdo tem direito ao intérprete. Conforme o Decreto nº 5626/2005 no “Art. 23. As instituições federais de ensino, de educação básica e superior, devem proporcionar aos alunos surdos os serviços de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa em sala de aula e em outros espaços educacionais, [...]”. A angústia relatada parece ir além e referir-se a sua formação enquanto professor e a possibilidade, cerceada pela falta de mais conhecimento da Libras, de haver momentos de diálogo direto com o seu aluno surdo. Como fica a relação aluno (surdo) e professor? Será que vai ser limitada a apenas cumprimentos? Mas como relatou E4 ainda é preciso avançar, ir além em muitas questões.

Muito rico em detalhes é o relato deste entrevistado:

Quando eu olhei a grade curricular eu vi que tinha Libras aí eu fiquei até me perguntando: “Será que vai ser difícil?”, “Acho que é difícil falar com as mãos.” Quando aconteceu a primeira aula foi cativante, porque a dificuldade que eu senti foi com os dedos que travavam muito, comecei até a sentir câimbras. [...] No início eu tive (dificuldade). Vi alguns colegas de sala que não tiveram e a gente conversava muito sobre isso, porque para todos ali era uma área desconhecida. A gente falava muito sobre isso, e eu me perguntava: “O que leva o ser humano a ter dificuldade em algumas coisas e outras não?”, principalmente na Libras. Quando aconteceu a primeira aula com o alfabeto e começou do zero eu até pensei: “Caramba, nunca achei que a gente na universidade iria voltar como antigamente a aprender o “bê-a-bá””. (E 2)

E2 conta como era o seu pensamento inicial a respeito da disciplina. Relata que já na primeira aula foi cativado pelo componente curricular e, ao mesmo tempo, revela a sua

dificuldade e que outros colegas não possuíram. O que o faz refletir sobre isso. Ainda destaca o momento em que começou a aprender o alfabeto em Libras.

Os profissionais participantes da pesquisa identificam as seguintes dificuldades em pessoas que iniciam o estudo da Libras:

[...] uma pessoa ouvinte, quando está aprendendo a língua de sinais, está desenvolvendo uma segunda modalidade linguística. [...] A expressão facial é um dos componentes dessa língua, inclusive, um dos parâmetros formativos fonológicos que formam o sinal. Muitas vezes no início da aprendizagem o estudante vai ter dificuldade de colocar, por exemplo, o sinal de TRISTE. Ele vai se preocupar com a maneira como a mão deve estar, mas nem sempre vai conseguir colocar a expressão facial. Então, as barreiras que posso apresentar seriam justamente a modalidade e a compreensão desse uso de expressões, do formato da mão correto e utilizar dentro da estrutura dessa língua. Compreender que a estrutura dessa língua é diferente da que eles falam. (E 12)

De acordo com esse depoimento, ainda podemos acrescentar a explicação de Gesser (2009, p. 21 e 22)

“A língua de sinais tem todas as características linguísticas de qualquer língua humana natural. É necessário que nós, indivíduos de uma cultura de língua oral, entendamos que o canal comunicativo diferente (visual-gestual) que o surdo usa para se comunicar não anula a existência de uma língua tão natural, complexa e genuína como é a língua de sinais.”

Outra dificuldade citada foi:

Não conhecer, não ter contato com surdos. (E 1)

Essa falta de contato com surdos leva à insegurança nos diálogos iniciais, mas com a prática da língua de sinais essa situação vai mudando. Não praticar é o que contribui para o estudante ir esquecendo aos poucos o que aprendeu.

Já alguns alunos relataram não ter havido dificuldades no aprendizado de Libras.

Não tive muita dificuldade porque é uma disciplina muito prazerosa. (E 10)

Não tive dificuldade, pois eu me identifiquei muito bem com a disciplina. (E 7)

Nessas falas podemos notar o sentimento positivo de alguns estudantes pela disciplina.

Questionamos sobre o nível de conhecimento que os estudantes acreditam possuir sobre Libras. As alternativas oferecidas para a escolha deles eram: pouco, regular, bom, muito bom. Dos 10 entrevistados: 5 responderam considerar pouco; 4 regular; 1 bom. Um deles ainda acrescenta:

Pouco. Há muito o que aprender ainda. (E 2)

Desta forma, metade dos estudantes considera ser pouco o conhecimento que possuem sobre Libras.

### 3.4 COLABORAÇÃO DO COMPONENTE CURRICULAR LIBRAS PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA

Nesta categoria, a partir da análise das entrevistas, revelaram-se as seguintes unidades de significado: cooperação dessa disciplina para a prática pedagógica; identificação de que poucos componentes curriculares abordaram a questão da inclusão; revelação de que com base no conhecimento adquirido não há possibilidade de realizar um diálogo acadêmico com um futuro aluno surdo.

Sobre a cooperação da disciplina para a prática pedagógica e seus impactos:

Melhora o contato com ele (o aluno surdo). Acho que ajuda a enfrentar, pois é uma novidade. (E 8)

Podemos inferir que se esses futuros docentes não tivessem cursado o componente curricular Libras se sentiriam inseguros, digamos assim, em receber um aluno surdo em sala de aula. Mas agora estão mais confiantes.

O seguinte depoimento ressalta vários aspectos:

Quando a gente, como o professor, tem uma disciplina dessas dentro da grade curricular é extremamente “belo”, digamos assim, psicologicamente. Porque o professor além de ser professor ele é pai, é psicólogo, é terapeuta, ele conversa, tem que ter aquele dom e quando ele parte para essa área que abrange todas as dificuldades, tanto da pessoa surda como outras deficiências, ele tem que entender que precisa cativar todos a também ter o conhecimento para poder ir ao encontro daquele que está solitário por achar que só ele tem algum problema e que tem um defeito, mas não é exatamente isso. [...] Eu acho que na parte pedagógica é essencial ter, principalmente na parte das licenciaturas. Eu acho também na área de saúde, mas entrando na parte pedagógica, é como eu falei anteriormente, psicologicamente a gente se sente na obrigação de ajudar aquele aluno. (E 2)

Podemos observar o entusiasmo desse relato sobre o ofício docente, a inclusão e a Libras. A preocupação dessa pessoa com as várias facetas profissionais que um professor pode assumir na sala de aula pelo contato com os alunos e suas necessidades. Ressalta que a prática do professor deve levar em consideração as especificidades dos alunos, ajudando-os a se

desenvolverem socialmente também e, realizar as adaptações dessa prática ao que o aluno precisa.

Em relação a isso importante colocação traz o autor Falcão (2014, p. 391), pois ele defende que

A formação do professor deve ter o objetivo de envolver o seu discurso e sua prática docente na perspectiva de observar o desenvolvimento do aluno, refletir sobre suas observações, experimentar e ressignificar sua prática participando do processo de (re)construção do conhecimento pedagógico integrando o seu fazer docente com a teoria e a prática.

Ainda analisando a resposta do E 2, vemos que foi destacada a área da saúde como um campo que também necessita compreender bastante sobre inclusão e precisa de conhecimento sobre Libras. É importante lembrar que no IFPE *Campus* Pesqueira há também o curso de Bacharelado em Enfermagem. E apesar de não ser um dos cursos mencionados pelo Decreto 5.626/2005 como sendo obrigatória a inclusão da disciplina de Libras, tal curso poderia colocá-lo como opcional. Conforme o Art. 3º, “§ 2º A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional [...]”. Mas como esta instituição tem um compromisso, um olhar especial pela inclusão, o *Campus* Pesqueira incluiu a Libras como componente obrigatório também nesse curso. Na matriz curricular desse bacharelado a disciplina consta com carga horária de 54 horas-aula, que correspondem a 40,5 horas-relógio e é ministrada no módulo II.

Os métodos de ensino precisam ser escolhidos em conformidade ao público que precisa do conhecimento. O docente deve ter uma metodologia de ensino flexível. Sendo assim, o professor precisa ter essa sensibilidade na elaboração dos conteúdos que irá transmitir. Portanto, é importante que durante a sua formação o futuro professor aprenda a ter uma “visão mais ampla” como mencionado no depoimento a seguir:

Pode melhorar pelo seguinte, você até então não conhece a Libras e, a partir do momento que você conhece, você passa a ter outra visão, uma visão mais ampla onde você pode englobar isso nos seus conteúdos e trabalhar da melhor forma. (E 7)

Claro que a gente ainda precisa avançar muito no que diz respeito à didática do ensino de física para a população surda, mas já é um grande avanço, pelo menos, para estabelecer comunicação. (E 5)

A pessoa entrevistada (E 5) fez uma importante observação ao mencionar a necessidade de ir além em relação ao estudo sobre Libras. Cita como exemplo o ensino de física e podemos

notar a necessidade de mais aulas de noções didáticas, aprender as técnicas e praticá-las para o ensino aos surdos.

É durante a formação que os estudantes das licenciaturas devem ser estimulados a refletir sobre as diferentes formas e tempos de aprendizagem que cada pessoa tem e assim, aprenderem técnicas diversas para elaborar os seus planos de aulas no futuro. Nesse sentido Falcão (2014, p. 9) ressalta que

[...] existem técnicas, estratégias e metodologias diferenciadas que atendem à especificidade mental do sujeito cognoscente visual. Cabe ao educador identificar caminhos alternativos de ensinagens e aprendizagens pedagógicas e andragógicas que transformem o mundo do conhecimento oralizado em sinalizado e inclusivo, e assim, contribuir com a educação cidadã e a nova cidadania que defende autonomia e independência pessoal e produtiva para todos.

Os especialistas em Libras entrevistados têm as seguintes opiniões sobre a prática pedagógica e a disciplina de Libras:

Professores em formação que tem acesso a disciplina Libras chegam lá no campo de trabalho e conseguem ter um olhar diferenciado. Porque eles já têm uma noção que a maneira como um surdo, por exemplo, aprende a língua portuguesa não é igual a maneira como uma pessoa que ouve aprende. Esse professor vai ter uma percepção diferente na análise da avaliação de uma escrita, por exemplo, de um surdo. Ele vai compreender que aquele estudante tem uma compreensão do mundo voltada para o visual. (E 12)

Isso depende muito da ementa da disciplina. O que ela propõe? Ela propõe apenas noções básicas da Libras? Ela propõe apenas informações superficiais, introdutórias sobre a pessoa surda? Essa disciplina contribui pedagogicamente se ela for pensada nesse viés pedagógico a partir das especificidades do estudante surdo. Como é que aquele estudante aprende? O que é que deve ser levado em consideração? Porque falar em educação não é você trazer uma fórmula pronta. Cada estudante tem um perfil, cada realidade, cada região, mas é muito importante que parâmetros gerais sejam considerados. Como é que esse aluno aprende? É pela audição? É pela visão? Quais os recursos que eu devo utilizar? (E 1)

No depoimento de E12 destacamos que os professores precisam compreender como o surdo aprende. Isso precisa ser levado em consideração na elaboração das aulas. Sendo assim, o docente deve utilizar os mais variados meios para transmitir o conhecimento. A fala do E1, sobre como o aluno aprende: “É pela audição? É pela visão?”. Nos remete à ideia de Howard Gardner e a Teoria das Inteligências Múltiplas que segundo Antunes (2001, p. 13)

As mudanças de paradigmas trazidas por essa nova visão da mente humana interferem, portanto, no tema da educação e trazem novas linhas de procedimento para que a escola convencional acrescente às suas funções instrucional, socializadora e preparadora para o mundo do trabalho uma outra,

voltada ao estímulo e educação cerebral e assim, progressivamente possa ir se transformando em um centro estimulador de inteligências.

De acordo com Falcão (2014, p. 368)

O espaço na sala de aula deve ser estimulador e mediador do diálogo e da construção política e crítico-reflexiva dos conteúdos a serem trabalhados e produzidos pelo coletivo respeitando-se o tempo pedagógico de cada aluno e suas especificidades de aprendizagem.

Assim, E 1 ainda acrescenta:

[...] o professor planeja conteúdo para sua sala onde todos são ouvintes e os surdos muitas vezes são um ou dois. Ele não tem essa preocupação e, às vezes, não tem até esse despertar, esse *insight* para importância desse replanejamento. (E 1)

Ainda nesse sentido, Falcão (2014, p. 40) ainda assegura que

Justamente por ser cada indivíduo único, o planejamento das atividades segundo suas características individuais define uma aprendizagem também individualizada e distinta. Existem diferenças cognitivas, subjetivas que requerem estratégias afetivas, educacionais diferenciadas. Não se pode tratar a todos de uma sala da mesma maneira, forma, modelo, intensidade, ritmo, frequência e razão. Cada sujeito aprende de um jeito, de uma perspectiva individualizada e idiossincrásica.

Ante o exposto, os discentes das licenciaturas devem receber essa formação na universidade para estarem aptos para lidar com as mais diferentes formas de aprendizagem e necessidades.

Nesse componente curricular os estudantes também aprendem sobre a inclusão dos surdos. O que é reconhecido pelos entrevistados como uma questão que precisa ser mais posta em prática:

Pode avançar nesse contexto de inserção mesmo, de inclusão. Porque é um discurso tão debatido e, no entanto, engatinha nessa direção. Aqui no *Campus* a gente não tem um aluno surdo e tem muitos surdos aqui em Pesqueira e eles não tem acesso à universidade. Então colabora nesse sentido, porque a gente como futuros docentes quando estivermos no mercado de trabalho poderemos estimular eles a ingressarem na universidade. (E 4)

Portanto, faz-se necessário não só discutir sobre inclusão, mas sim fazer algo, agir. Os professores incentivarem o desenvolvimento, o progresso nos estudos dos alunos surdos para irem além. Gesser (2009, p. 57) afirma que os surdos, muitas vezes, sofrem pela falta de “Oportunidade de acesso a uma escola que reconheça as diferenças linguísticas [...]”

Esclarecemos que durante o período em que foram realizadas as entrevistas não havia nenhum surdo matriculado no *Campus* Pesequeira, mas já houve.

Existem vários tipos de deficiências. O que nos faz refletir sobre os outros tipos de deficiências e suas diferentes necessidades no campo educacional e a inclusão. Diante disso, perguntamos aos estudantes participantes da pesquisa se algum outro componente curricular abordou a questão da inclusão na educação. Alguns estudantes lembraram das seguintes disciplinas:

Laboratório de práticas de ensino da matemática. (E 10)

Psicologia da educação e da aprendizagem. (E 2)

História da Educação (E 5)

Introdução à educação, e Sociologia da Educação. (E 4)

Mas, alguns ressaltam que a inclusão foi um tema pouco abordado pelos demais componentes curriculares das licenciaturas que investigamos neste estudo:

Pouco, pouquíssimas (disciplinas). (E 6)

Foi mais Libras mesmo. Assim, as outras disciplinas falavam que tem que ter inclusão, mas a mais focada, foi Libras. (E 11)

Perante essas informações cogitamos que se não fosse a disciplina de Libras muito pouco teria sido tratado sobre inclusão nessas licenciaturas.

O entrevistado E 11 ressalta, ainda, a necessidade de estudar sobre inclusão na sua formação como futuro docente:

Porque estamos estudando para sermos docentes e precisamos saber sobre inclusão. (E 11)

Nesse sentido o autor Falcão (2014, p. 377) aponta que

Investir na formação de professores é imprescindível para o sucesso da inclusão. Visto que o professor é uma das peças-chave para torná-la realidade. Além de conhecer a Língua de Sinais, para comunicação com alunos surdos sinalizantes, é necessário que o professor também seja um agente incentivador da comunicação entre alunos (surdos ou não) e a comunidade escolar e, conheça estratégias para estimular o estudante surdo, respeitando suas necessidades.

Como podemos ver, o professor é fundamental para a inclusão dos surdos, pois se ele souber Libras vai se comunicar com o aluno surdo e o mesmo não se sentirá excluído. O docente também deve promover um ambiente escolar que propicie a comunicação entre todos.

Sendo assim, questionamos os participantes da pesquisa se seria possível realizar um diálogo acadêmico (conversar com um aluno surdo sobre assuntos de física ou matemática) com o conhecimento adquirido na disciplina de Libras e as respostas foram unânimes de que não. Não é possível só com essa quantidade de aulas do componente curricular como vemos nos relatos a seguir:

Na área de física, como professor de física, não. Eu acho que assim, a disciplina de Libras, para ter um diálogo mais profundo relacionado à física, à cálculos e diferentes disciplinas, tem que ter um entendimento mais específico, tem que ser bastante aprofundado. Porque a questão de cálculo e de teorias físicas é complicado até falar e dialogar. Em Libras é mais complicado ainda, tem que ter um entendimento muito específico. (E 2)

[...] tínhamos uma carga horária muito pequena, só básica. E ela é muito importante (disciplina de Libras) só que, no entanto, por essa carga ser muito pequena, não dá assim, realmente, para a gente ter uma segurança de se ter um surdo para conversar e, principalmente, na física. Como fazer aqueles conceitos que já são tão difíceis para gente que consegue ver e ouvir?! (E 4)

Os entrevistados apontam que precisam de mais tempo/aulas de Libras para aprenderem conceitos de suas áreas específicas de formação docente, por exemplo, como relatou o E 4 em sua fala. Destacando ainda, não se sentir preparado para um diálogo dessa natureza com um aluno surdo. Revelando sua preocupação quando assuntos tão complexos são tratados como os ensinados em cursos de física e matemática.

Quanto aos surdos, Gesser (2009, p. 23) explica “[...] as pessoas que falam língua de sinais expressam sentimentos, emoções e qualquer ideia ou conceitos abstratos.” Desta forma os surdos são capazes de expressar e discorrer sobre qualquer assunto.

De acordo com Gesser (2009, p. 76)

O surdo pode e desenvolve suas habilidades cognitivas e linguísticas (se não tiver outro impedimento) ao lhe ser assegurado o uso da língua de sinais em todos os âmbitos sociais em que transita. Não é a surdez que compromete o desenvolvimento do surdo, e sim a falta de acesso a uma língua.

Na visão dos estudantes ainda:

Não dá para abranger tudo, então você não está totalmente preparado para isso. (E 7)

Com a disciplina que a gente paga, eu acho que não é suficiente. É suficiente para a gente estabelecer uma comunicação básica, mas para ensino não, não é. (E 5)

Eles reconhecem que não estão saindo das licenciaturas com o conhecimento necessário para estabelecer uma comunicação sobre assuntos específicos de suas áreas de atuação com um surdo. Pois, conforme Almeida, (2012, p. 40) “[...] apropriar-se efetivamente da Língua de Sinais, assim como de qualquer outra língua, requer muito mais que um semestre ou mesmo um ano todo de curso.” Sendo assim, os conteúdos aprendidos no componente curricular Libras só os capacitam para realizar uma comunicação inicial, mediante o tempo destinado à disciplina na matriz curricular. Eles só têm acesso a informações introdutórias. O aprendizado de uma língua requer tempo e treino. Então, com essa disciplina única de 72 horas-aula que correspondem a 54 horas-relógio os futuros professores têm apenas uma noção básica sobre a Libras. Relevante observação faz Almeida (2012, p. 41) sobre os conteúdos e o cuidado

[...] para que a disciplina não se equipare a um curso básico de Libras, mas que vá além do ensino dessa língua (que é indubitavelmente essencial para a formação de professores), contemplando aspectos cognitivos e pedagógicos fundamentais ao trabalho docente.

Outro esclarecimento é feito por um dos profissionais entrevistados:

Também tem a questão dos sinais específicos, porque a língua de sinais vem se expandindo, na verdade não é nem a língua, os surdos, a comunidade surda tem conseguido galgar espaços nunca atingidos em outras sociedades, em outras gerações. Cursos universitários, espaços no mercado de trabalho, então, como nunca tiveram acesso, não há sinais para aqueles termos específicos. [...] E aí, o professor avançando, os surdos avançando, a língua também vai sendo produzida, porque a língua é viva. Vão surgindo novos termos. Há termos específicos, por exemplo, da física que não tem sinal. (E 12)

Podemos perceber como é importante os surdos ocuparem os mais diversos espaços na sociedade.

### 3.5 NECESSIDADE DE MAIS CARGA HORÁRIA/COMPONENTE CURRICULAR

A última categoria, diante da análise temática das entrevistas, corrobora as unidades de significado: carga horária insuficiente; considerações sobre a oferta de mais um componente curricular de Libras voltado para o aprendizado de sinais específicos de cada área profissional.

No tocante à carga horária atribuída à Libras ser suficiente ou não, todos responderam que não. Eis alguns relatos:

Não. É insuficiente, porque só foi um período. Agora nós estamos afiados, mas vai passar o tempo. Quem conhece pessoas surdas vai continuar falando em Libras, mas quem não conhece, vai esquecendo. [...] Eu vejo que precisa ter mais inserção dessa disciplina de Libras nos cursos de licenciatura. Não só em um período, mas gradativamente em outros períodos para que possamos conseguir alcançar uma Libras melhor (o aperfeiçoamento na língua). E só se alcança melhor se houver a prática. (E 6)

Não é suficiente. Acho que deveria ter mais, porque como somos futuros educadores, né?! Deveria ter mais aula para dar tempo de aprender mais. (E 8)

Poderia ser ainda mais, porque além de ser cativante, ser legal, é muito bom estudar Libras. (E 2)

Como podemos perceber, na opinião daqueles que cursaram o componente curricular Libras, é insuficiente a carga horária destinada à disciplina. E ainda acrescentam que:

Ela deveria ser mais extensa. Ela é muito curta e assim, você vê o básico do básico. Não dá para você se aprofundar bem na cadeira de Libras. Você tem uma noção, mas não tem como você abranger, como de fato deveria ser. (E 7)

Eu acho que teria que ser mais. Porque a gente aprendeu os conhecimentos básicos e eu acho pouco para a gente sair daqui profissionais aptos a lidar com alunos surdos. Então tinha que ser uma carga horária maior. (E 10)

Podemos ver que eles relatam a superficialidade (em virtude do pouco tempo) que a disciplina oferece sobre Libras, diante de todos os conceitos, teorias e práticas que eles, enquanto docentes poderiam ter.

Nesse sentido, Falcão (2014, p. 384) argumenta que:

A qualidade e a excelência na inclusão dos surdos se darão quando toda a sociedade, ouvintes e surdos, profissionais de saúde, familiares e professores, conseguirem navegar em diálogo franco e profícuo em língua de sinais com os surdos. Este desafio se torna uma realidade possível quando a Libras passar a ser uma língua comum como a Língua Portuguesa.

Na opinião dos profissionais em Libras a respeito da carga horária do componente curricular nas licenciaturas investigadas:

45h, 60h, não é o suficiente, porque nesse conteúdo você contabilizar carga horária do professor para planejamento, carga horária para outros conteúdos como, por exemplo, relacionados à história, relacionados aos aspectos linguísticos. Não é a prática para o diálogo para o aprendizado de fato da língua. Existem muitos outros conteúdos que estão atrelados e que são importantes, mas que para o desenvolvimento linguístico desse licenciando não é o suficiente. (E 1)

Não, eu acho que não. Que nem é uma questão de carga horária da disciplina. Acho que é o fato de ser uma disciplina. (E 12)

Perguntamos aos entrevistados se consideram interessante a oferta de mais um componente curricular sobre Libras para que sejam aprendidos sinais relacionados a cada área de atuação docente. Houve unanimidade, tanto entre os estudantes, quanto entre os profissionais, pelo fato de ter havido pouca carga horária de aulas nesse componente curricular que é ofertado atualmente. Todos se manifestaram no sentido de que seria importante, conforme alguns relatos:

Interessantíssimo. Concordo plenamente. Acho sim, muito bacana a ideia. (E 10)

Porque tem Libras, mas é o básico para diálogo: “Oi!”, “Tudo bom?”, “Como é que você está?”. Para dialogar com aluno seria legal que o futuro professor tivesse um entendimento mais específico sobre Libras. Era bom ter um componente curricular a mais. (E 2)

Sim, seria de grande importância para o curso de matemática (licenciatura) [...] Às vezes, até o próprio instituto abre curso. Eu gostaria de ter feito, mas como trabalho e foi em um horário não compatível, então, não fiz por conta disso. (E 11)

Conforme relatado por E11 o *Campus* Pesqueira costuma oferecer cursos de Libras para o público interno e externo.

Sobre uma disciplina de Libras específica para aprender sinais referentes a cada área das licenciaturas, os profissionais responderam:

Seria muito importante sim, se tivéssemos disciplinas específicas, por exemplo: Libras em física, Libras em matemática, Libras em química. O professor deveria, de acordo com a orientação da ementa da disciplina, pensar aquele conteúdo voltado para aquela área onde o professor futuramente vai poder encontrar um aluno surdo ou, até mesmo, para despertar o interesse dos estudantes para serem futuros pesquisadores, extensionistas, enfim, desenvolver muitas atividades na academia. (E 1)

Sim. Eu acredito que se houvesse essa possibilidade, aí sim, nós teríamos condições de ter professores habilitados, mas hoje com um componente a gente não consegue atingir esse objetivo. Apenas a ter uma compreensão mínima para um diálogo comum. (E12)

E 1 aborda em sua fala algo muito importante quando relata que os estudantes podem se interessar também pela pesquisa e a extensão. Nesse contexto, trazemos aqui a missão do IFPE que é

Promover a educação profissional, científica e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, com base no princípio da indissociabilidade das ações de Ensino, Pesquisa e Extensão, comprometida com uma prática cidadã e inclusiva, de modo a contribuir para a formação integral do ser humano e o desenvolvimento sustentável da sociedade.

Na opinião dos estudantes, como poderia ser ofertada a Libras nas licenciaturas:

Não somente um (componente curricular), mas vários durante todo o curso. Já que estamos em uma licenciatura que nos prepara para sermos professores. É necessário mais de um para conseguir. (E 4)

Acho que deveria ser assim: Libras 1 - voltado ao ensino básico da língua, para estabelecer comunicação e Libras 2 - para a gente construir uma didática voltada para essa comunidade, falando no campo da física. Como é que a gente vai ensinar física para surdos? Então, acho que nessa segunda cadeira de Libras nós deveríamos trabalhar isso. (E 5)

Para os profissionais em Libras entrevistados, como o componente curricular poderia ser:

Acho que seriam em módulos ou então várias disciplinas ao longo do curso como: libras 1, libras 2, libras 3, libras 4, para que esse profissional pudesse, ao longo de sua formação, ir aprendendo a língua e se desenvolvendo linguisticamente. Então, que essa disciplina fosse desmembrada. Acho que com uma carga horária mínima de 60 horas por semestre em cada disciplina, isso de acordo com a proposta do curso, do currículo, como a pessoa pensa a disciplina. Acho que até a Libras 4 daria para sair com um domínio mínimo. (E 1)

Seriam necessárias várias disciplinas no decorrer do curso para que, de fato, esse profissional tivesse a condição de fluência para poder, realmente, se comunicar com seu estudante. (E 12)

Para a disponibilização de mais disciplinas de Libras como, por exemplo, foi citado mais 3 (totalizando 4), seriam necessárias alterações em vários documentos referentes aos cursos e, talvez, a contratação de mais docentes. Estas são mudanças que podem gerar custos e que precisam de evidências para serem efetuadas.

Analisando cronologicamente os trâmites para inserção da disciplina de Libras podemos perceber que em 2002 foi promulgada a Lei 10.436, só em dezembro de 2005 é que essa lei foi regulamentada pelo Decreto 5.626 e este ainda estipulou um prazo de até dez anos para que as instituições se ajustassem e o componente curricular fosse ofertado em todos os cursos de licenciatura. Assim sendo, presumimos que no final de 2015 a Libras passou a estar presente em todos esses cursos. Diante dessas informações, podemos perceber como mudanças são

demoradas para serem concretizadas e, estas após implementadas, carecem de avaliações para identificar possíveis ajustes necessários.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo é relevante para a área, os surdos, o IFPE e a sociedade, uma vez que contribui para a reflexão sobre a inserção da disciplina de Libras na formação de professores.

Avaliar uma política pública é importante para identificar ajustes que sejam necessários e possibilitar a criação de novas políticas.

A presente pesquisa teve como objetivo analisar quais são os avanços e limites dessa disciplina no ensino-aprendizagem dos estudantes das licenciaturas em Física e em Matemática, do IFPE *Campus* Pesqueira. Esse objetivo foi alcançado e, conforme os nossos objetivos específicos, conseguimos identificar os seguintes impactos positivos: os estudantes reconhecem a importância do componente curricular para a sua formação; a disciplina de Libras realmente coopera para a modificação do entendimento dos estudantes sobre surdez e a língua de sinais; e ainda, que os alunos gostaram muito de estudar Libras e desejam avançar nos estudos, pois são conscientes de que melhora a prática pedagógica e a atuação deles de forma mais efetiva na inclusão de alunos surdos.

As hipóteses desta dissertação foram confirmadas, pois se constatou que a carga horária da disciplina nos cursos de licenciatura investigados é insuficiente. Uma vez que é preciso diminuir a barreira comunicacional que possa existir entre o professor e o aluno surdo, aprimorar a prática pedagógica, o conhecimento sobre as especificidades e a forma como o surdo aprende. Foi revelado o desejo dos estudantes por mais carga horária/componente curricular e de que gostariam que fossem várias disciplinas de Libras ao longo do curso. O que é causado pelo fato de o Decreto 5.626/2005, analisando-o enquanto política pública, no que diz respeito, especificamente, sobre a obrigatoriedade da inclusão da Libras na grade curricular das licenciaturas, faltar mais detalhes, por não estipular a quantidade de carga horária que a disciplina deve ter. Este é um ponto fundamental desta política pública que foi uma conquista para a comunidade surda, mas que poderia ser melhor. Requerendo mais informações sobre como o componente curricular deveria ser conduzido. Por isso, em políticas públicas é importante uma teoria do programa bem elaborada para que a execução seja bem sucedida e os resultados esperados sejam alcançados.

Identificamos, também, que a disciplina de Libras foi a que mais abordou sobre inclusão. No entanto, ela trata especificamente da inclusão de um grupo, os surdos. De acordo com os relatos dos alunos entrevistados, poucas disciplinas mencionaram o tema inclusão.

Diante dos resultados da avaliação e as evidências sugerimos:

- A inclusão de mais uma disciplina de Libras, como por exemplo, “Libras Instrumental” para que os futuros docentes aprendam sinais específicos da área de atuação e possam desenvolver mais a prática pedagógica para o ensino em sala de aula com alunos surdos;
- Analisar a possibilidade de o componente curricular Libras ser ofertado em mais períodos. Não só um ou dois, ser estendida ao longo do curso para possibilitar o treino, a prática da língua;
- Avaliar a probabilidade de ser inserida na grade curricular das licenciaturas uma disciplina específica sobre inclusão.

Desta forma, acreditamos que esta pesquisa trouxe contribuições para o aperfeiçoamento da política pública, para a educação inclusiva e a formação de professores. Sendo importante a continuidade de estudos sobre a temática.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Josiane Junia Facundo de. *Libras na Formação de Professores: percepções dos alunos e da professora*. 2012. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

ANTUNES, Celso. *Como desenvolver conteúdos explorando as inteligências múltiplas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BATISTA, Mariana e DOMINGOS, Amanda. Mais que boas intenções: Técnicas quantitativas e qualitativas na avaliação de impacto de políticas públicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* - v. 32, nº 94, junho/2017: e329414. DOI: 10.17666/329414/2017

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 19 jul. 2019.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005*. Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm). Acesso em: 26 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 9.834, de 12 de junho de 2019*. Presidência da República. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/d9834.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d9834.htm). Acesso em: 20 jul. 2019

\_\_\_\_\_. *Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996*. Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc14.htm#art2](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc14.htm#art2). Acesso em: 19 jul. 2019.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000*. Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L10098.htm#art18](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm#art18). Acesso em: 14 fev. 2020.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002*. Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm). Acesso em: 26 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 11.796, de 29 de outubro de 2008*. Presidência da República. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111796.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111796.htm). Acesso em: 19 jul. 2019.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008*. Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm). Acesso em: 26 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 13.055, de 22 de dezembro de 2014*. Presidência da República. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113055.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113055.htm). Acesso em: 19 jul. 2019.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015*. Presidência da República. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em: 19 jul. 2019.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. *Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo*. Texto contexto - enferm. [online]. 2006, 15 v. em 4, p. 679-684.

CARMO, Erinaldo Ferreira do; ROCHA, Enivaldo Carvalho da. A educação como Direito Universal. *Revista Eletrônica Direito e Política*, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.9, n.2, 2º quadrimestre de 2014. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rdp/article/view/6035/3309>. Acesso em: 19 jul. 2019.

FALCÃO, Luiz Albérico Barbosa. *Surdez, Cognição Visual e Libras: estabelecendo novos diálogos*. 4ª ed. rev. e ampl. Recife: Ed. do Autor. 2014.

FENEIS. Disponível em: <http://www.feneis.com.br/page/diadosurdo.asp>. Acesso em: 11 ago. 2017.

GESSER, Audrei. *LIBRAS? Que língua é essa? crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

IFPE. *Cursos*. Disponível em: <https://portal.ifpe.edu.br/campus/pesqueira/cursos>. Acesso em: 26 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. *Histórico*. Disponível em: <https://portal.ifpe.edu.br/campus/pesqueira/o-campus/historico> Acesso em: 26 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. *Matriz Curricular do Bacharelado em Enfermagem*. Disponível em: [http://portal.ifpe.edu.br/campus/pesqueira/cursos/superiores/bacharelados/enfermagem/matriz-curricular/matriz-curricular\\_enfermagem.pdf](http://portal.ifpe.edu.br/campus/pesqueira/cursos/superiores/bacharelados/enfermagem/matriz-curricular/matriz-curricular_enfermagem.pdf). Acesso em: 10 fev. 2020.

\_\_\_\_\_. *Matriz Curricular da Licenciatura em Física*. Disponível em: <https://portal.ifpe.edu.br/campus/pesqueira/cursos/superiores/licenciaturas/fisica/matriz-curricular/matriz-curricular.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. *Matriz Curricular da Licenciatura em Matemática*. Disponível em: <https://portal.ifpe.edu.br/campus/pesqueira/cursos/superiores/licenciaturas/matematica/matriz-curricular/matriz-curricular-curso-de-matematica>. Acesso em: 26 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. *Missão, Visão e Valores*. Disponível em: <https://portal.ifpe.edu.br/acao-informacao/institucional/missao-visao-e-valores/missao-visao-e-valores>. Acesso em: 1 fev. 2020.

\_\_\_\_\_. *Políticas Inclusivas*. Disponível em: <https://portal.ifpe.edu.br/o-ifpe/extensao/politicas-inclusivas>. Acesso em: 26 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. *Projeto Pedagógico da Licenciatura em Física*. Disponível em: <https://portal.ifpe.edu.br/campus/pesqueira/cursos/superiores/licenciaturas/fisica/projeto-pedagogico/projeto-lic-em-fisica.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. *Projeto Pedagógico da Licenciatura em Matemática*. Disponível em: [https://portal.ifpe.edu.br/campus/pesqueira/cursos/superiores/licenciaturas/matematica/projeto-pedagogico/projeto-pedagogico\\_curso-matematica.pdf](https://portal.ifpe.edu.br/campus/pesqueira/cursos/superiores/licenciaturas/matematica/projeto-pedagogico/projeto-pedagogico_curso-matematica.pdf). Acesso em: 26 jun. 2019.

JANNUZZI, Paulo de Martino. *Avaliação de programas sociais no Brasil: repensando práticas e metodologias das pesquisas avaliativas*. Planejamento e Políticas Públicas – PPP, no 36, Jan/Jun, IPEA, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/issue/view/30>. Acesso em: 26 jun. 2019.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de Pesquisa*. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade*. Ciênc. saúde coletiva [online]. 2012, v.17, n.3, p. 621-626.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *História*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 19 jul. 2019.

MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. *Priscilla Roberta Gaspar de Oliveira*. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/navegue-por-temas/pessoa-com-deficiencia/a-secretaria/priscilla-roberta-gaspar-de-oliveira>. Acesso em: 06 fev. 2020.

MIRANDA, Theresinha Guimarães. O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares. In: MIRANDA, Theresinha Guimarães, GALVÃO FILHO, Teófilo Alves (org.) *O grupo de pesquisa em educação inclusiva e necessidades educacionais especiais do PPGE/UFBA*. Salvador: EDUFBA, p. 123-138, 2012.

MONTEIRO, Suelen Santos. *et al.* Língua brasileira de sinais - LIBRAS na formação de professores: o que dizem as produções científicas. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, [S.l.], v. 7, n. 4, p. 120-128, sep. 2013. ISSN 1982-5587. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/6292/4702>. Acesso em: 22 jun. 2019.

PLANALTO. *Governo Federal lança “Libras Gov”*. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2019/09/governo-federal-lanca-201clibras-gov201d>. Acesso em: 06 fev. 2020.

QUADROS, Ronice Muller; KARNOPP, Lodenir Becker. *Língua de Sinais Brasileira: Estudos linguísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

RAMOS, Clélia Regina. *A atuação da Família/Profissionais/Legislação para o desenvolvimento/ inclusão da pessoa surda*. Petrópolis: Arara Azul, 2004a.

\_\_\_\_\_. *O direito da criança surda de crescer bilíngüe*. Petrópolis: Arara Azul, 2004b.

\_\_\_\_\_. *LIBRAS: A língua de Sinais dos Surdos Brasileiros*. Petrópolis: Arara Azul, 2005.

RAMOS, Marília Patta; SCHABBACH, Letícia Maria. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. *Revista Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 5, p. 1271-1294, out. 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S003476122012000500005&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003476122012000500005&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 19 jul. 2019.

RUA, M. das G. *Políticas Públicas*. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.

Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. *Institucional*. Disponível em: [www.mdh.gov.br/navegue-por-temas/pessoa-com-deficiencia/a-secretaria/a-secretaria](http://www.mdh.gov.br/navegue-por-temas/pessoa-com-deficiencia/a-secretaria/a-secretaria). Acesso em: 20 jul. 2019.

Senado. *Proposta de Emenda à Constituição n° 25, de 2017*. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/129807>. Acesso em: 20 jul. 2019.

SOUZA, Celina. *Políticas Públicas: uma revisão da literatura*. In: *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul./dez. 2006, p. 20-45. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em: 03 jun. 2019.

**APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA ESTUDANTES**

1- Qual licenciatura você está cursando?

Física                       Matemática

2- O seu entendimento sobre surdez mudou após estudar Libras?

Sim                       Não

Caso a resposta seja Sim: de que maneira?

3- Como você avalia a importância da disciplina Libras na grade curricular do seu curso e para a sua profissão como futuro(a) professor(a) de física ou matemática?

4- Você pode citar algumas dificuldades que teve com o componente curricular Libras?

5- Você já teve contato com algum surdo(a) que se comunica através da Libras? Descreva como foi se comunicar com ele(a)?

6- Já participou de alguma atividade pedagógica prática com surdos?

Sim                       Não

Caso a resposta seja Sim, descreva essa experiência.

7- Como você percebe que a prática pedagógica pode melhorar com os conhecimentos adquiridos na disciplina de Libras?

8- Houve alguma outra disciplina que abordasse a questão da inclusão?

9- Você considera que a carga horária atribuída à Libras é suficiente? Argumente.

10- Você acha que, com o seu conhecimento sobre Libras adquirido no componente curricular ofertado no seu curso, seja capaz de realizar um diálogo acadêmico com um futuro aluno(a) surdo(a)?

11- Você avalia como interessante a oferta de mais um componente curricular de Libras para que possa aprender sinais referentes à sua área?

12- Você considera o seu conhecimento sobre Libras?

pouco               regular               bom               muito bom

**APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA PROFESSOR(A) DE LIBRAS**

1- Qual é a sua formação?

2- Como considera a importância de a disciplina de Libras ser ofertada nas licenciaturas?

3- Quais são as dificuldades enfrentadas por um professor(a) de Libras em sala de aula?

4- Como você percebe a alteração no entendimento dos estudantes sobre os surdos após estudar Libras?

5- Como você avalia que o componente curricular Libras pode colaborar para a prática pedagógica?

6- Quais são as dificuldades que os alunos mais apresentam?

7- Você considera que a carga horária atribuída à Libras seja suficiente para os futuros docentes estarem aptos para receber alunos (as) surdos (as)?

Sim                       Não

Caso a resposta seja Não: qual carga horária seria suficiente?

8- Você considera que, com o conhecimento sobre LIBRAS adquirido na disciplina, o(a) futuro(a) docente, seja capaz de realizar um diálogo acadêmico com um aluno(a) surdo(a)?

Sim                       Não

9- Você considera interessante a oferta de mais um componente curricular de Libras para que em cada curso de licenciatura os estudantes possam aprender, exclusivamente, sinais referentes à sua área e assim, obter mais prática pedagógica?

Sim                       Não

Argumente.

**APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA INTÉRPRETE DE LIBRAS**

1- Qual é a sua formação?

2- Você pode citar algumas dificuldades que alunos surdos normalmente tem em relação à comunicação com os professores?

3- Como considera a importância de a disciplina de Libras ser ofertada nas licenciaturas?

4- Como você avalia que o componente curricular Libras pode colaborar para a prática pedagógica?

5- Você considera que a carga horária atribuída à Libras seja suficiente para os futuros docentes estarem aptos para receber alunos(as) surdos(as)?

6- Você considera interessante a oferta de mais uma disciplina de Libras para que em cada curso de licenciatura os estudantes possam aprender, exclusivamente, sinais referentes à sua área e assim, obter mais prática pedagógica?

( ) Sim

( ) Não

Argumente.

## ANEXO A – MATRIZ CURRICULAR DA LICENCIATURA EM FÍSICA

**Matriz Curricular – Licenciatura em Física**

Tabela 1 – DISTRIBUIÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES POR SEMESTRE

PERÍODO	CÓDIGO	COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA ( 18 semanas )					Pré-Requisito	
			CHT		AT (h/a)	AP (h/a)	PC (h/a)		CR
			h/a	h/r					
I	FIE	Fundamentos da Filosofia da Educação	72	54	72			4	
	GA	Geometria Analítica	72	54	72			4	
	ING1	Inglês para propósitos Acadêmicos I	54	40,5	54			3	
	IE	Introdução à Educação	54	40,5	54			3	
	LP1	Língua Portuguesa I	54	40,5	54			3	
	ME	Matemática Elementar	54	40,5	54			3	
	QG	Química Geral	54	40,5	54			3	
<b>Subtotal por Carga Horária</b>			<b>414</b>	<b>310,5</b>	<b>414</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>23</b>	
II	AL1	Álgebra Linear I	72	54	72			4	GA
	CA1	Cálculo I	72	54	72			4	ME
	FMA	Física e Meio Ambiente	72	54	72			4	
	FI1	Física I	72	54	72			4	
	HE	História da Educação Brasileira	54	40,5	54			3	
	MC	Metodologia Científica	72	54	72			4	
<b>Subtotal por Carga Horária</b>			<b>414</b>	<b>310,5</b>	<b>414</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>23</b>	
III	CA2	Cálculo II	72	54	72			4	CA1
	FE1	Física Experimental I	54	40,5	18	36		3	FI1
	FI2	Física II	72	54	72			4	FI1
	LIB	Libras	72	54	72			4	
	NTA	Novas Tecnologias aplicadas ao ensino de Física	72	54	36		36	4	
	PSCD	Psicologia do Desenvolvimento	36	27	36			2	
	SE	Sociologia da Educação	36	27	36			2	
<b>Subtotal por Carga Horária</b>			<b>414</b>	<b>310,5</b>	<b>342</b>	<b>36</b>	<b>36</b>	<b>23</b>	
IV	CCA	Complementos de Cálculo	90	67,5	90			5	CA2
		Disciplina Optativa I	54	40,5	54			3	
	FE2	Física Experimental II	54	40,5	18	36		3	FE1
	FI3	Física III	72	54	72			4	FI2
	LPE1	Laboratório e Prática do ensino de Física I	90	67,5	18		72	5	
	PSCA	Psicologia da Aprendizagem	36	27	36			2	PSCD
<b>Subtotal por Carga Horária</b>			<b>396</b>	<b>297</b>	<b>288</b>	<b>36</b>	<b>72</b>	<b>22</b>	
V	DDG	Didática Geral	54	40,5	54			3	PSCA
	ES1	Estágio Supervisionado I	126	94,5	36	90		7	
	FI4	Física IV	72	54	72			4	FI3
	LPE2	Laboratório e Prática do ensino de Física II	90	67,5	18		72	5	LPE1
	MEC	Mecânica Clássica	90	67,5	90			5	FI3
<b>Subtotal por Carga Horária</b>			<b>432</b>	<b>324</b>	<b>270</b>	<b>90</b>	<b>72</b>	<b>24</b>	
VI	ES2	Estágio Supervisionado II	126	94,5	36	90		7	ES1
	ES	Estatística	54	40,5	54			3	
	FE3	Física Experimental III	54	40,5	18	36		3	FE2
	FI5	Física V	72	54	72			4	FI4
	LPE3	Laboratório e Prática do ensino de Física III	90	67,5	18		72	5	LPE2
	MEF	Metodologia do Ensino de Física	72	54	18		54	4	DDG
<b>Subtotal por Carga Horária</b>			<b>468</b>	<b>351</b>	<b>216</b>	<b>126</b>	<b>126</b>	<b>26</b>	
VII	ES3	Estágio Supervisionado III	144	108	36	108		8	ES2
	FM1	Física Moderna I	54	40,5	54			3	FI5
	HC	História da Ciência	72	54	72			4	
	LPE4	Laboratório e Prática do ensino de Física IV	126	94,5	18		108	7	LPE3
	ONEB	Organização Nacional da Educação Básica	54	40,5	54			3	
	TCC1	Trabalho de final de curso - projeto - TCC I	36	27	18	18		2	
<b>Subtotal por Carga Horária</b>			<b>486</b>	<b>364,5</b>	<b>252</b>	<b>126</b>	<b>108</b>	<b>27</b>	
VIII		Disciplina Optativa II	54	40,5	54			3	
	ES4	Estágio Supervisionado IV	144	108	36	108		8	ES3
	FM2	Física Moderna II	72	54	72			4	FM1
	LPE5	Laboratório e Prática do ensino de Física V	144	108	18		126	8	LPE4
	TCC2	Trabalho de final de curso - artigo - TCC II	54	40,5	18	36		3	TCC1
<b>Subtotal por Carga Horária</b>			<b>468</b>	<b>351</b>	<b>198</b>	<b>144</b>	<b>126</b>	<b>26</b>	
Atividades Acadêmico-Científico-Culturais				200					
<b>TOTAL POR CARGA HORÁRIA</b>			<b>3492</b>	<b>2819</b>	<b>2394</b>	<b>558</b>	<b>540</b>	<b>194</b>	

**Convenções:** CHT – Carga Horária Total      AP – Atividade Prática (h/a)      AT – Atividade Teórica (h/a)  
h/a – hora-aula      h/r – hora-relógio      CR – Créditos  
PC – Carga Horária de Prática como Componente Curricular (h/a)

Fonte: site do IFPE Campus Pesqueira.

## ANEXO B - EMENTA DA DISCIPLINA EM FÍSICA

<b>Componente Curricular: Libras – LIB</b>		<b>Créditos:04</b>
<b>Pré-Requisito:</b>		
<b>Carga Horária: total (72 h/a)</b>		<b>AT (72 h/a) AP ( )</b>
<b>Ementa:</b>	<p>Introdução: aspectos legais, clínicos, educacionais e socioantropológicos da surdez. História da educação de surdos. Noções básicas de léxico, morfologia e sintaxe com apoio de recursos audiovisuais. Visão contemporânea sobre os fundamentos da inclusão e a resignificação da Educação Especial na área da surdez. Cultura e Identidade Surda. Tecnologias na área da Surdez. LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais. Critérios diferenciados da Língua Portuguesa para surdos. Reconhecimento da linguagem de movimentos, gestos, comunicação e expressão possível através do corpo. Tradução e interpretação em Libras. Dinâmicas e técnicas para interpretação. Utilização da Libras para o ensino da Física. Prática de Libras: desenvolvimentoda expressão visual-espacial numa perspectiva funcional. Ética no atendimento educacional aos surdos.</p>	
<b>Referências Básicas:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ PEREIRA, Maria Cristina da Cunha (org.). <b>Libras conhecimento além dos sinais</b>. São Paulo: PEARSON Prentice Hall, 2011.</li> <li>➤ FERNANDES, Sueli. <b>Educação de surdos</b>. Curitiba: IBPEX, 2007.</li> <li>➤ QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. <b>Língua de sinais brasileira: Estudos linguísticos</b>. Porto Alegre: ARTMED , 2004.</li> </ul>	
<b>Referências Complementares:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ LUCHESI, Maria Regina Chirichella. <b>Educação de pessoas surdas: Experiências vividas, histórias narradas</b>. 4 ed. Campinas: PAPIRUS, 2012.</li> <li>➤ ROSA, Andréa da Silva. <b>Entre a Visibilidade da Tradução da Língua de Sinais e a Invisibilidade da Tarefa do Intérprete</b>. Petrópolis: EDITORA ARARA AZUL, 2008.</li> <li>➤ SACKS, Oliver. <b>Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos</b>. São Paulo: COMPANHIA DAS LETRAS, 2010.</li> <li>➤ SANTANA, Ana Paula. <b>Surdez e Linguagem: Aspectos e Implicações Neurolinguísticas</b>. São Paulo: PLEXUS, 2007.</li> <li>➤ SKILAR, Carlos. <b>A surdez: um olhar sobre as diferenças</b>. Porto Alegre: MEDIAÇÃO, 2010.</li> </ul>	

Fonte: Projeto Pedagógico do curso Licenciatura em Física site do IFPE *Campus* Pesqueira.

## ANEXO C - PROGRAMA DE LIBRAS EM FÍSICA

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA PERNAMBUCO</p>	 <p><b>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO</b> <b>PRÓ-REITORIA DE ENSINO</b> <b>DIRETORIA DE ENSINO – CAMPUS PESQUEIRA</b></p>
---	---

### CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA EM FÍSICA

#### PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

##### TIPO DE COMPONENTE

<input checked="" type="checkbox"/> Disciplina	<input type="checkbox"/> Prática de Ensino
<input type="checkbox"/> TCC	<input type="checkbox"/> Estágio

##### STATUS DO COMPONENTE

<input checked="" type="checkbox"/> OBRIGATÓRIO	<input type="checkbox"/> ELETIVO	<input type="checkbox"/> OPTATIVO
---	----------------------------------	-----------------------------------

##### DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome	Carga Horária Semanal (H/A)		N.º de Créditos	C. H. TOTAL (H/A)	C. H. TOTAL (H/R)	Período
		Teórica	Prática				
LIB	Libras	04	00	04	72	54	3.º
Pré-requisitos		Co-requisitos					

##### EMENTA

Introdução: aspectos legais, clínicos, educacionais e socioantropológicos da surdez. História da educação de surdos. Noções básicas de léxico, morfologia e sintaxe com apoio de recursos audiovisuais. Visão contemporânea sobre os fundamentos da inclusão e a ressignificação da Educação Especial na área da surdez. Cultura e Identidade Surda. Tecnologias na área da Surdez. LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais. Critérios diferenciados da Língua Portuguesa para Surdos. Reconhecimento da linguagem de movimentos, gestos, comunicação e expressão possível através do corpo. Tradução e Interpretação em Libras. Utilização da Libras para o ensino da Física. Praticar Libras: desenvolver a expressão visual-espacial numa perspectiva funcional. Ética no atendimento educacional aos surdos.

##### OBJETIVOS DO COMPONENTE

- Conhecer as causas e consequências da surdez.
- Reconhecer as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais.
- Estimular a pesquisa de métodos de ensino dos componentes curriculares para os surdos.
- Reconhecer e aplicar de uma maneira funcional verbos, pronomes, substantivos, adjetivos e advérbios da Libras.

##### METODOLOGIA

Serão ministradas aulas expositivas, utilizando-se vídeos e imagens. Em algumas aulas serão desenvolvidas a tradução de músicas e análise de Literatura em LIBRAS. Haverá mobilização para os alunos produzirem aulas de Física em LIBRAS e o incentivo da criação de poesias em LIBRAS. Durante as aulas, serão utilizados os seguintes recursos didáticos: quadro e marcadores (lápiz), projetor e computador, lenços e bexigas para facilitar a memorização dos sinais.

##### AValiação

A avaliação ocorrerá através de duas notas bimestrais com o mesmo peso, ou seja, a média final será obtida pela expressão:  $MF = (MP1 + MP2)/2$ . MF corresponde à média final do semestre. A MP1 será a média aritmética obtida a partir da realização de provas individuais, lista de exercícios e avaliações parciais (nota do 1º bimestre) e a MP2 será a média aritmética obtida a partir da realização de provas individuais, lista de exercícios e avaliações parciais (nota do 2º bimestre).

Entendendo a avaliação como meio de contribuir para a melhoria do ensino aprendizagem, os alunos serão avaliados a cada aula por meio de exercícios práticos em sala, visando à interação com a LIBRAS. Como complemento disso, serão feitas pesquisas relacionadas à surdez e à

## Continuação do Anexo C

comunicação, usando-se a LIBRAS. E a competência para o ensino será avaliada pela capacidade de comunicar-se com os surdos, utilizando-se de todos os meios possíveis.

<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>	<b>CH</b>
História da educação dos surdos	04
Aspectos legais, clínicos, educacionais e socioantropológicos da surdez	04
Libras: noções de gramática numa perspectiva funcional. Pronomes "quem, de quem, quem é", Sinal Próprio. Características das pessoas, empréstimos linguísticos	08
Libras: noções de gramática numa perspectiva funcional. Advérbio de tempo. Vocabulário relacionado ao Clima. Pronome "onde", numerais.	08
Libras: noções de gramática numa perspectiva funcional. Pronomes possessivos, expressões interrogativas e verbos	04
Libras: noções de gramática numa perspectiva funcional. Plural e quantificador	04
Utilização da Libras para o ensino da Física. Vocabulário de termos de Físicos e Matemática	04
Utilização da Libras para o ensino da Física. Geometria espacial e pantomimas	04
Praticar Libras: desenvolver a expressão visual-espacial numa perspectiva funcional. Dialogando em Libras	08
Ética no atendimento educacional aos surdos	02
Avaliação	04

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

- PEREIRA, Maria Cristina da Cunha (org.). **Libras conhecimento além dos sinais**. São Paulo: PEARSON Prentice Hall, 2011.
- FERNANDES, Sueli. **Educação de surdos**. Curitiba: IBPEX, 2007.
- QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira: Estudos linguísticos**. Porto Alegre: ARTMED, 2004.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

- LUCHESI, Maria Regina Chirichella. **Educação de pessoas surdas: Experiências vividas, histórias narradas**. 4 ed. Campinas: PAPIRUS, 2012.
- ROSA, Andréa da Silva. **Entre a Visibilidade da Tradução da Língua de Sinais e a Invisibilidade da Tarefa do Intérprete**. Petrópolis: EDITORA ARARA AZUL, 2008.
- SACKS, Oliver. **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. São Paulo: COMPANHIA DAS LETRAS, 2010.
- SANTANA, Ana Paula. **Surdez e Linguagem: Aspectos e Implicações Neurolinguísticas**. São Paulo: PLEXUS, 2007.
- SKILAR, Carlos. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: MEDIAÇÃO, 2010.

DEPARTAMENTO A QUE PERTENCE O COMPONENTE

HOMOLOGADO PELO COLEGIADO DE CURSO.



---

 ASSINATURA DO DIRETOR DE ENSINO

---

 ASSINATURA DO COORDENADOR DO CURSO

Fonte: Projeto Pedagógico do curso Licenciatura em Física site do IFPE *Campus* Pesqueira.

## ANEXO D – MATRIZ CURRICULAR DE MATEMÁTICA

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA								
CAMPUS PESQUEIRA								
PERÍODO	Códigos	Componentes Curriculares	Créditos	CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITOS
				TOTAL DE HORAS		ATIVIDADES TEÓRICAS (H/A)	ATIVIDADES PRÁTICAS (H/A)	
				H/R	H/A			
I	ME1	Matemática Elementar I	3	40,5	54	54		
	GE1	Geometria I	4	54	72	72		
	LTC	Elementos de Lógica e Teoria dos Conjuntos	3	40,5	54	54		
	PI	Português Instrumental	3	40,5	54	54		
	IMI	Introdução a Microinformática	3	40,5	54	54		
	LPEM1	Laboratório de Prática de Ensino de Matemática I	5	67,5	90	15	75	
		<b>TOTAL PARCIAL</b>	<b>21</b>	<b>283,5</b>	<b>378</b>	<b>303</b>	<b>75</b>	
II	ME2	Matemática Elementar II	3	40,5	54	54		
	GE2	Geometria II	4	54	72	72		
	GA1	Geometria Analítica I	4	54	72	72		
	DM1	Didática da Matemática I	4	54	72	72		
	ECRB	Ética, Cidadania e Realidade Brasileira	4	54	72	72		
	LPEM2	Laboratório de Prática de Ensino de Matemática II	5	67,5	90	15	75	
		<b>TOTAL PARCIAL</b>	<b>24</b>	<b>324</b>	<b>432</b>	<b>357</b>	<b>75</b>	
III	CA1	Cálculo I	4	54	72	72		
	GA2	Geometria Analítica II	4	54	72	72		GA1
	AC	Análise Combinatória	3	40,5	54	54		
	DM2	Didática da Matemática II	4	54	72	72		
	MC	Metodologia Científica	3	40,5	54	54		
	PE1	Psicologia da Educação I	4	54	72	72		
	LPEM3	Laboratório de Prática de Ensino de Matemática III	4	54	72	12	60	
		<b>TOTAL PARCIAL</b>	<b>26</b>	<b>351</b>	<b>468</b>	<b>408</b>	<b>60</b>	
IV	CA2	Cálculo II	4	54	72	72		CA1
	AL1	Álgebra Linear I	4	54	72	72		
	PE2	Psicologia da educação II	4	54	72	72		
	IE	Introdução à Educação	4	54	72	72		
	FM	Filosofia da Matemática	2	27	36	36		
	FEF	Estrutura e Funcionamento do Ensino Fundamental	4	54	72	72		
	LPEM4	Laboratório de Prática de Ensino de Matemática IV	4	54	72	12	60	LPEM3
		<b>TOTAL PARCIAL</b>	<b>26</b>	<b>351</b>	<b>468</b>	<b>408</b>	<b>60</b>	

Fonte: site do IFPE Campus Pesqueira.

## Continuação do Anexo D

V	CA3	Cálculo III	4	54	72	72		CA2
	AL2	Álgebra Linear II	4	54	72	72		AL1
	SE	Sociologia da Educação	4	54	72	72		
	HM	História da Matemática	2	27	36	36		
	FEM	Estrutura e Funcionamento do Ensino Médio	4	54	72	72		
	ES1	Estágio Supervisionado I	6	81	108	18	90	
	<b>TOTAL PARCIAL</b>		<b>24</b>	<b>324</b>	<b>432</b>	<b>342</b>	<b>90</b>	
VI	CA4	Cálculo IV	4	54	72	72		CA3
	GAV	Geometria Avançada	4	54	72	72		
	FE	Física Experimental	3	40,5	54	54		
	AG1	Álgebra I	4	54	72	72		
	AR1	Análise Real I	3	40,5	54	54		
	ES2	Estágio Supervisionado II	8	108	144	30	114	ES1
	<b>TOTAL PARCIAL</b>		<b>26</b>	<b>351</b>	<b>468</b>	<b>354</b>	<b>114</b>	
VII	CA5	Cálculo V	4	54	72	72		CA4
	AG2	Álgebra II	4	54	72	72		AG1
	ES	Estatística	3	40,5	54	54		
	LPEM 5	Laboratório de Prática de Ensino de Matemática V	6	81	108	12	96	
	L	Libras 	4	54	72	72		
	ES3	Estágio Supervisionado III	8	108	144	30	114	ES2
	<b>TOTAL PARCIAL</b>		<b>29</b>	<b>391,5</b>	<b>522</b>	<b>312</b>	<b>210</b>	
VIII	CN	Cálculo Numérico	4	54	72	72		CA5
	AR2	Análise Real II	3	40,5	54	54		
	LPEM 6	Laboratório de Prática de Ensino de Matemática VI	6	81	108	12	96	
	ES4	Estágio Supervisionado IV	8	108	144	30	114	ES3
	TCC	Trabalho de Conclusão de Curso - TCC	3	40,5	54	54		
	<b>TOTAL PARCIAL</b>		<b>24</b>	<b>324</b>	<b>432</b>	<b>222</b>	<b>210</b>	

Fonte: site do IFPE *Campus* Pesqueira.

**ANEXO E - DO EMENTÁRIO DOS COMPONENTES CURRICULARES –  
BIBLIOGRAFIA BÁSICA – BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR – LICENCIATURA  
EM MATEMÁTICA**

LIBRAS- L		
<p>Aspectos clínicos, educacionais e sócio-antropológicos da surdez. A Língua de Sinais Brasileira - Libras: características básicas da fonologia. Noções básicas de léxico, de morfologia e de sintaxe com apoio de recursos audio-visuais; Visão contemporânea sobre os fundamentos da Inclusão e a ressignificação da Educação Especial na área da surdez. Cultura e Identidade Surda. Tecnologias na área da Surdez. LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais. Critérios diferenciados da Língua Portuguesa para Surdos. Reconhecimento da linguagem de movimentos, gestos, comunicação e expressão possível através do corpo. Tradução e Interpretação em Libras. Dinâmicas e técnicas para interpretação.</p>	<p>FELIPE, Tanya; MONTEIRO, Myr na. LIBRAS em Contexto: Curso Básico: Livro do Professor. 4. ed. Rio de Janeiro: LIBRAS, 2005.</p>	<p>PIMENTA, Nelson. Coleção Aprendendo LSB. Rio de Janeiro: Regional, vol. I. Básico, 2000. PIMENTA, Nelson. Coleção Aprendendo LSB. Rio de Janeiro: Regional, vol. II. Intermediário, 2000. PIMENTA, Nelson. Coleção Aprendendo LSB. Rio de Janeiro: Regional, vol. III. Avançado, 2001. PIMENTA, Nelson. Coleção Aprendendo LSB. Rio de Janeiro: Regional, volume IV. Complementação, 2004.</p>

Fonte: Projeto Pedagógico do curso Licenciatura em Matemática site do IFPE *Campus* Pesqueira.